



# PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS



## Relatório da Administração 2012

### 1. Aos acionistas:

É com grande satisfação que apresentamos, para Vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo" ou "Companhia") relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, ajustado às práticas contábeis vigentes, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Os demais documentos produzidos pela Triunfo para serem discutidos na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2013, no Hotel Caesar Business, localizado na Rua Olimpíadas, 205, sala São Paulo 05 e 06, Cep: 04551-000, Vila Olímpia, São Paulo, estão disponíveis no website (www.triunfo.com/n) e na sede da Companhia.

### 2. Perfil Corporativo

A Triunfo Participações e Investimentos é uma das principais empresas brasileiras do setor de infraestrutura, com sólida atuação nos segmentos de concessão rodoviária, administração portuária, cabotagem, geração de energia e, mais recentemente, no segmento de administração aeroportuária. Está listada desde 2007 no Novo Mercado, o mais alto nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo – BM&FBOVESPA. Suas operações estão presentes nos principais estados do país, empregando cerca de 3.500 colaboradores diretos. No setor de concessões rodoviárias, a Companhia administra 642 quilômetros de rodovias, por meio de três concessionárias: a Econorte, que administra 341 km de rodovias no norte do Paraná, a Concepa, que opera 121 km no Rio Grande do Sul, ligação entre a capital do estado, Porto Alegre, e o litoral e também a Concer, presente na BR 040, trecho de 180 km que liga o Rio de Janeiro a Minas Gerais. A Triunfo foi uma das primeiras empresas a assumir a concessão de uma rodovia no país, em 1995 e atualmente figura como uma das empresas de maior expressão nesse segmento, tanto em número de quilômetros administrados, quanto em receita e volume de tráfego. No setor de administração portuária, atua através da Portonave, empresa da qual detém 50% de participação. A Portonave está localizada em Navegantes, Santa Catarina, e é um dos terminais portuários mais modernos do país, tendo iniciado suas operações em outubro de 2007, com movimentação de carga própria e de terceiros.

Atualmente, a Portonave é o terminal que mais movimentação contêineres em Santa Catarina, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ – e já figura entre os três maiores do país. Em 2012, pelo segundo ano consecutivo, a Portonave foi listada entre os seis melhores operadores portuários do mundo, pelas premiações internacionais, Lloyds List Awards, Global 2012, considerado o principal prêmio do setor marítimo e o Containerisation International Awards. O Terminal foi o único representante brasileiro na categoria Operator Portuário.

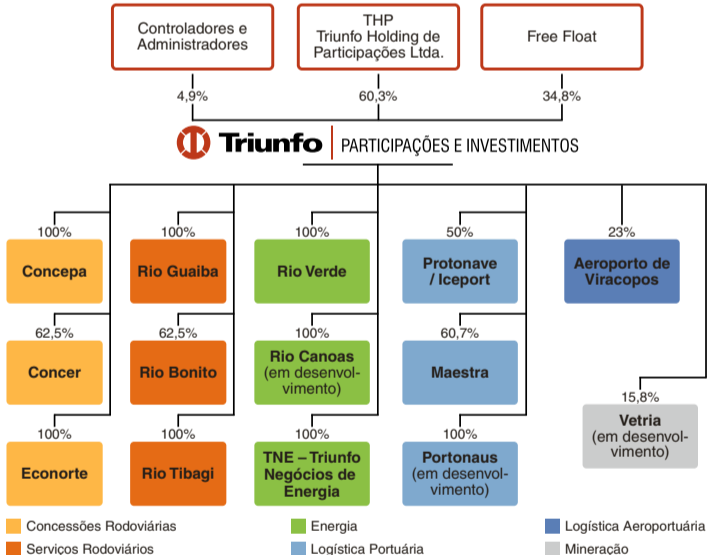
Além do representante brasileiro na categoria Operator Portuário, a Portonave controla a Iceptort, uma trading company que é responsável pela movimentação de carga própria e que também opera uma câmara frigorífica com capacidade para estocar 16 mil toneladas de carga congelada. Do total da receita gerada pela Portonave, cerca de 30% é referente à operação de carga própria da Iceptort.

Através da Maestra Navegação e Logística, a Triunfo iniciou operação no segmento de navegação de cabotagem, com participação de 60,7%. A operação da Maestra conta com quatro navios full contêineres que fazem o transporte de cargas entre os principais portos da costa brasileira. A frota operacional da Maestra vai de Navegantes até Manaus, com escalas semanais nos terminais de Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Fortaleza (CE) e Suape (PE). No setor de geração de energia, a Rio Verde, empresa 100% controlada pela Triunfo, tem a concessão da Usina Hidrelétrica Salto, em Goiás, com capacidade instalada de 116 MW. A Rio Verde iniciou operação comercial em maio de 2010 e tem 100% da energia assegurada já vendida para a Votener, empresa do Grupo Votantim.

Dentre os projetos em fase de implantação está a Rio Canoas, criada em julho de 2010 para operar a concessão da Usina Hidrelétrica Garibaldi, em Santa Catarina. O empreendimento que terá capacidade instalada de 191,9 MW está em fase de construção com o cronograma de obras em estágio avançado. Em dezembro de 2011, Triunfo firmou parceria com ALL – América Latina Logística e Vetorial Mineração para criar a Vetria Mineração. A Vetria atuará na extração, transporte e comercialização de minério de ferro proveniente do Maciço do Urucum em Corumbá (MS), via porto de Santos (SP). A nova empresa, que já possui uma mina operacional, terá capacidade logística ferroviária garantida em contrato de transporte de longo prazo, além da exportação do produto por meio de um terminal portuário próprio, a ser instalado em Santos.

Em 2012, reforçando mais uma vez seu pioneirismo, a Triunfo iniciou operação no segmento de administração aeroportuária, após vencer o leilão para operar por 30 anos o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, através de uma parceria com a UTC Participações e a Egis Airport Services. O Aeroporto de Viracopos está localizado há 90 km de São Paulo e é um dos principais aeroportos de cargas do país. A primeira fase de modernização do aeroporto de Viracopos, com previsão de entrega para maio de 2014, inclui a construção de um terminal para 14 milhões de passageiros, 28 frota para aeronaves e estacionamento para 4 mil veículos.

A Triunfo foca seu trabalho na busca de negócios gerados pelo avanço e pelo aprimoramento da infraestrutura nacional, procurando sempre expandir sua área de atuação, observando o adequado retorno financeiro aos seus acionistas.



Em 31 de dezembro de 2012 as participações nas controladas Rio Verde e Rio Canoas encontram-se destinadas à venda.

### 3. Desempenho Operacional

Os dados apresentados nessa seção referem-se a 100% dos negócios.

#### a. Segmento Rodoviário

Concessionária	Rodovia	Estado	Extensão Administrada	Data da Concessão	Término da Concessão
Concepa	BR-290	RJ/MS	121,0 km	04/07/1997	jul/17
Concer	BR-040	RJ/MG	180,0 km	01/03/1996	mar/21
Econorte	BR-369, PR-323, PR-445, PR-090, BR-153, BR-470	PR	341,0 km	14/11/1997	nov/21
<b>Total</b>			<b>643,2 km</b>		

#### Tráfego de nossas rodovias (+6,6%)

Analisando o desempenho acumulado de 2011 observa-se um acréscimo de 6,6% no volume de tráfego em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 81.997 mil veículos equivalentes. Neste mesmo período, nossas concessionárias Concer, Concepa e Econorte, apresentaram crescimento individual de 6,0%, 8,1% e 4,3%, respectivamente. Apesar do aumento no tráfego de veículos no longo prazo estar relacionado ao PIB, verificamos um crescimento de 6,6% no tráfego de veículos nas rodovias administradas pela Companhia, em 2012, equivalente a mais de sete vezes o crescimento do PIB no mesmo período. Esse desempenho se deve à localização estratégica dos trechos administrados.

Tráfego equivalente (mil)			
	2012	2011	Δ
<b>Tráfego equivalente total</b>	<b>81.996</b>	<b>76.940</b>	<b>6,6%</b>
Tarifa média efetiva	7,2	6,9	4,3%
<b>CONCER</b>	<b>31.241</b>	<b>29.460</b>	<b>6,0%</b>
Tarifa média efetiva	7,6	7,4	2,7%
Veículos pesados (mil)	16.119	15.223	5,9%
Veículos leves (mil)	15.122	14.237	6,2%
<b>CONCEPA</b>	<b>35.555</b>	<b>32.901</b>	<b>8,1%</b>
Tarifa média efetiva	5,6	5,2	7,7%
Veículos pesados (mil)	16.277	15.286	6,5%
Veículos leves (mil)	19.278	17.615	9,4%
<b>ECONORTE</b>	<b>15.200</b>	<b>14.579</b>	<b>4,3%</b>
Tarifa média efetiva	10,2	9,8	4,1%
Veículos pesados (mil)	9.956	9.570	4,0%
Veículos leves (mil)	5.244	5.009	4,7%

#### b. Segmento Portuário:

**Portonave:** O Terminal Portuário de Navegantes movimentou 620.026 TEUs em 2012, o que representa um aumento de 13,7% comparado a 2011.

Apesar da retração do comércio internacional e do aumento de capacidade portuária instalada em Santa Catarina, com a entrada em operação de dois novos terminais, a Portonave segue registrando crescimento de volume e receita, principalmente em virtude dos diferenciais competitivos:

- Calado operando a 12,0m, desde junho/2012;
- Bacia de evolução e a área de manobras em aprofundamento para 14 m;
- Capacidade para receber navios maiores que 300 m;
- Facilidade de acesso ao terminal pela Avenida Portuária, que liga a rodovia direto ao pátio da Portonave;
- Estrutura do entorno, contando com 200 armazéns e 5 portos secos, o que reduz custo logístico para o cliente;
- Serviços agregados: equipamentos e estruturas modernas que reduzem tempo de espera;
- Mão de obra treinada e qualificada;

**Eficiência:** A produtividade da Portonave atingiu 68 mph (Movimentos por Hora) de média do ano, chegando a atingir o recorde de 115 mph no período.

Além da receita de movimentação de contêineres, outras receitas como armazenagem, scanner, aluguel de tomadas reefer e taxas de ISPS code também são consideradas na composição da receita da Portonave reportada a seguir na seção de desempenho financeiro.

Portonave			
	2012	2011	Δ
<b>TEUs – Twenty-equivalent unity</b>	<b>620.026</b>	<b>545.158</b>	<b>13,7%</b>
Tarifa média efetiva (R\$/TEU)	213,5	211,9	0,8%
<b>Caixas movimentadas – total</b>	<b>380.357</b>	<b>336.197</b>	<b>13,1%</b>
Caixa – Vazia (movimento no cais)	117.499	104.306	12,6%
Caixa – Cheia (movimento no cais)	262.858	231.891	13,4%

#### Iceptort:

A movimentação in-out, na Iceptort foi de 237.086 toneladas enquanto a armazenagem foi de 372.189 toneladas. Na trading company, responsável pela movimentação de carga própria da Portonave, a movimentação foi de 1.587 toneladas de carga, 22,8% maior que no ano anterior. Vale ressaltar que receitas de seguros e outros serviços prestados pela Iceptort também entram na composição da receita dessa subsidiária que serão analisados na seção de desempenho financeiro da Companhia.

Iceptort			
	2012	2011	Δ
<b>Movimentação (in-out) (ton)</b>	<b>237.086</b>	<b>112.474</b>	<b>110,8%</b>
Tarifa Média (R\$/ton/mov)	13,9	13,7	1,5%
<b>Armazenagem (Ton)</b>	<b>372.189</b>	<b>161.669</b>	<b>130,2%</b>
Tarifa média (R\$/ton)	17,3	16,9	2,4%
<b>Trading (ton)</b>	<b>1.587</b>	<b>1.292</b>	<b>22,8%</b>
Tarifa média (R\$/ton)	66.993,4	94.621,3	-29,2%

#### c. Segmento de Geração de energia:

Em 2012 o total de energia assegurada gerada e vendida a Votener foi de 595.555 MWh. Em agosto de 2011 a Rio Verde Energia foi autorizada pela ANEEL a aumentar a energia assegurada em 4MWh, passando de 63,8MWh para 67,8MWh. Essa energia assegurada adicional foi vendida para a Votener nas mesmas condições e preços do contrato de venda de energia firmado em 2007, a valores atualizados de R\$188,00 reais por MWh. A energia total gerada pela UHE Salto em 2012 foi 710.224 MWh, superando a garantia física anual (366 dias) de 595.555 MWh, acumulando um excedente de geração de 114.669 MWh, a tarifa média ficou em R\$170,4, por MWh.

O índice de disponibilidade médio da UHE Salto, que mede a eficiência da usina, ao longo de 2012 foi de 97,40%, 438 basis points acima dos 93,02% considerados pela ANEEL no contrato de concessão.

Rio Verde Energia			
	2012	2011	Δ
<b>Energia Assegurada (MWh)</b>	<b>595.555</b>	<b>570.596</b>	<b>4,4%</b>
Tarifa Média (R\$/MWh)	170,4	160,4	6,2%

Durante os anos de 2010 e 2011, a Companhia manteve negociações de venda da Rio Verde e em 2012, com objetivo de continuar implementando o forte ritmo de crescimento aliado ao momento vivido pelo mercado de energia, tomou a decisão de alienar também a participação na controlada Rio Canoas. Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve os investimentos nas controladas Rio Verde e Rio Canoas na rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas" nas Demonstrações Financeiras Individuais e segregado entre "Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas" nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

#### d. Segmento de Cabotagem:

No segmento de cabotagem a Maestra iniciou a operação com a frota completa em março de 2012. Desta forma, a Maestra movimentou 40.811 TEUs em 2012.

Maestra Navegação			
	2012	2011	Δ
<b>Movimentação de TEUs</b>	<b>40.811</b>	<b>8.830</b>	<b>362,2%</b>
Tarifa Média (R\$/TEUs)	3.052,7	2.843,2	7,4%

#### e. Aeroporto:

O volume de passageiros apresentou um crescimento de 17,0% em 2012. O volume de carga diminuiu 7,0% em 2012 em decorrência da retração do comércio mundial. Apesar da queda, ao longo de 2012, o Aeroporto de Viracopos foi maior importador e o segundo maior exportador, entre os aeroportos do país.

Aeroporto de Viracopos*			
	2012	2011	Δ
<b>Passageiros (Mil)</b>	<b>8.857</b>	<b>7.568</b>	<b>17,0%</b>
<b>Carga (Mil Ton)</b>	<b>265</b>	<b>285</b>	<b>-7,0%</b>

\*A operação do aeroporto só foi transferida para a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos em novembro de 2012.

### 4. Desempenho Econômico Financeiro

Os dados apresentados nessa seção referem-se à participação da Triunfo em cada negócio e não contemplam os resultados das coligadas Rio Verde e Rio Canoas que encontram-se destinadas à venda.

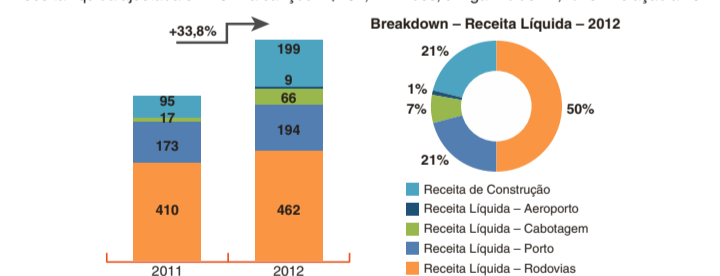
#### a) Receita Operacional Bruta (+33,7%)

Nossa receita operacional bruta consolidada no ano de 2012 foi de R\$1,012 bilhão, um aumento de 33,7% quando comparado com 2011. As deduções da receita operacional bruta consolidada no ano de 2012 totalizaram R\$81,4 milhões e representam um aumento de 32,4% quando comparadas com o mesmo período de 2011.

	2012	2011	Δ
Receita Operacional Bruta	1.011.829	756.868	33,7%
Deduções da Receita Bruta (81.375)	(81.375)	(61.451)	32,4%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>930.454</b>	<b>695.417</b>	<b>33,8%</b>
Receita de Construção	199.233	94.655	110,5%
Receita Operacional Líquida Ajustada	731.221	600.762	21,7%

#### b) Receita Operacional Líquida (+33,8%)

A receita líquida ajustada em 2012 alcançou R\$731,2 milhões, um ganho de 21,7% em relação a 2011.



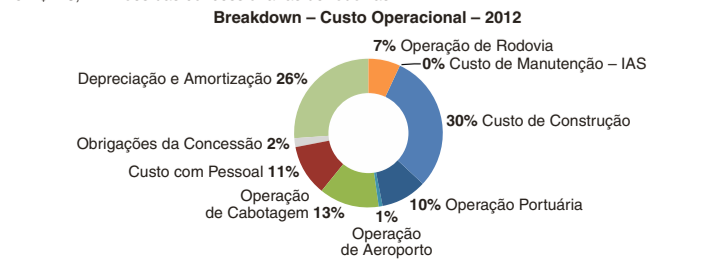
Os principais fatores de aumento da receita líquida foram:

- O tráfego de nossas rodovias que apresentou um crescimento de 6,6% e a tarifa média efetiva das concessionárias que aumentou 4,3%, na comparação dos períodos. A composição desses fatores gerou um incremento de R\$52 milhões na receita consolidada.
- A receita da operação portuária, de carga própria e de terceiros, foi responsável por um incremento de R\$21 milhões na receita consolidada, principalmente por causa do aumento de 13,7% no volume de TEUs movimentados pela Portonave. O mix de movimentação de 2012 foi de 52,3% de exportação e 47,7% de importação.
- O início da operação da Maestra, no segmento de cabotagem, representou a adição de R\$49 milhões na receita líquida consolidada.
- A operação do aeroporto de Viracopos, que passou a ser consolidada a partir de novembro de 2012, adicionou R\$9,3 milhões na receita consolidada.
- Como efeito da adoção dos novos pronunciamentos contábeis foram reconhecidos os montantes de R\$199,2 milhões em 2012 e de R\$94,7 milhões em 2011 referentes a receitas de construção nas concessionárias de rodovias e no aeroporto. Desse total R\$51,0 milhões refere-se à receita de construção do aeroporto e R\$148,2 milhões das concessionárias de rodovias. Essa receita é reconhecida contra o ativo intangível e representa o direito de arcação nos próximos exercícios e que será amortizada pela curva de tráfego de veículos, no caso das rodovias e de passageiros/cargas, no caso do aeroporto.

#### c) Custos Operacionais (+50,9%)

Os principais itens que compõem os custos operacionais da Triunfo são: os gastos de operação e manutenção das rodovias, operação portuária, aeroportuária e cabotagem, além de gastos com pessoal ligados à operação dos nossos negócios, depreciação e amortização e custo de construção das concessões rodoviárias e aeroportuárias. Excluindo depreciação e amortização e custo de construção, os custos operacionais totalizaram R\$287,0 milhões em 2012, o que representa um aumento de 41,0%, em relação a 2011. Os principais fatores que contribuíram para o aumento nos custos operacionais foram:

- O início da operação da frota completa de quatro navios da Maestra gerou um aumento de R\$69 milhões no custo operacional consolidado. Em 2011, apenas um navio operou de março a dezembro.
- O aumento de 56,7% nos custos com pessoal deu-se principalmente (i) pela entrada em operação da Maestra, que foi responsável por aproximadamente R\$18,3 milhões desse aumento; e (ii) a entrada em operação do aeroporto de Viracopos, em 2012, que gerou um custo com pessoal de R\$4,0 milhões.
- As receitas e custos de construção de ativos de concessões de rodovias e de aeroporto são reconhecidos pelos montantes aplicados na realização de obras de melhoria e ampliação na infraestrutura da rodovia, que seguem o cronograma previsto no PER (Programa de Exploração da Rodovia) firmado entre o poder concedente e as concessionárias e no caso do aeroporto segue o programa de investimento da concessionária. Em 2012 foram reconhecidos R\$199,2 milhões e em 2011, R\$94,7 milhões. Desse total R\$51,0 milhões refere-se ao custo de construção do aeroporto e R\$148,2 milhões das concessionárias de rodovias.

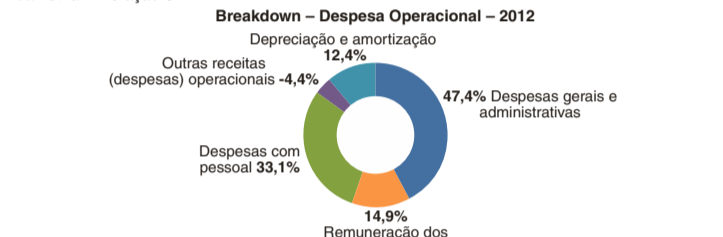


### d) Despesas Operacionais

	2012	2011	Δ
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>395.831</b>	<b>(125.745)</b>	<b>-414,8%</b>
Despesas gerais e administrativas	(52.339)	(52.948)	-1,2%
Remuneração dos administradores	(16.512)	(15.127)	9,2%
Despesas com pessoal	(36.549)	(35.684)	2,4%
Ganho na diluição de participação – Cabotagem	–	8.800	n/a
Receitas de Seguros – Iceptort	–	717	n/a
Despesas de ociosidade – Cabotagem	–	(16.243)	n/a
Resultado de equivalência patrimonial	3.843	–	n/a
Outras receitas (despesas) operacionais	511.103	850	n/a
Depreciação e Amortização	(13.715)	(16.110)	-14,9%

As despesas operacionais são representadas pelas despesas com instalações e serviços administrativos e de consultoria, pelos gastos com pessoal, remuneração da administração e do pessoal de apoio administrativo, além de outras receitas, despesas extraordinárias, depreciação e amortização. Em 2012 as despesas/receitas operacionais atingiram R\$395,8 milhões. Os principais fatores dessa redução foram:

- O reconhecimento de R\$16,4 milhões, em 2011, referentes a despesas com serviços e materiais de manutenção e reparos, combustíveis e custos portuários classificados como despesas de ociosidade até que o serviço de cabotagem entrasse em plena capacidade de operação.
- Em 2012, foram reconhecidos R\$7,7 milhões como "outras receitas operacionais", referente à receita de AFRMM (Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante) da Maestra e também uma despesa de R\$3,7 milhões devido ao aumento de participação na cabotagem de 58,5% para 60,7%.
- Reconhecimento de R\$506,3 milhões referente ao ganho de capital obtido a partir da constituição da Vetria Mineração S.A.



### e) EBITDA Ajustado

EBITDA Ajustado			
	2012	2011	Δ
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>930.454</b>	<b>695.417</b>	<b>33,8%</b>
Receita Líquida – Operações Descontinuadas (1)	103.705	91.365	13,5%
Receita de Construção	199.233	94.655	110,5%
<b>Receita Operacional Líquida Ajustada</b>	<b>834.926</b>	<b>692.127</b>	<b>20,6%</b>
<b>Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>515.557</b>	<b>22.363</b>	<b>2205,4%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social – Operações Correntes	10.514	2.496	321,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social – Operações Descontinuadas (1)	6.814	5.110	33,3%
Resultado Financeiro – Operações Correntes	159.376	127.744	24,8%
Resultado Financeiro – Operações Descontinuadas (1)	21.445	28.107	-23,7%
<b>EBIT</b>	<b>713.700</b>	<b>185.820</b>	<b>284,1%</b>
Margem EBIT	69,0%	23,6%	45,4 p.p
Depreciações e Amortizações – Operações Correntes	187.046	154.390	20,8%
Depreciações e Amortizações – Operações Descontinuadas (1)	22.919	22.716	0,9%
<b>EBITDA</b>	<b>923.671</b>	<b>363.366</b>	<b>154,2%</b>
Margem EBITDA	89,3%	46,2%	43,1 p.p

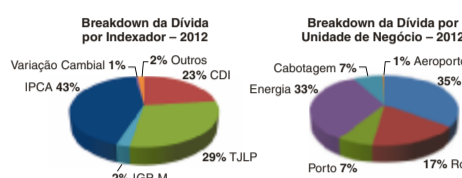
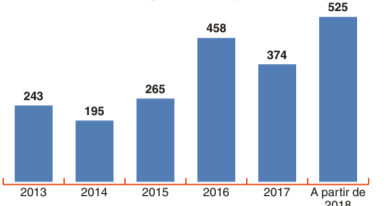
AJUSTES			
	2012	2011	Δ
Despesas (receitas) não recorrentes (2) – Operações Correntes	3.540	(8.700)	-140,7%
Despesas (receitas) não recorrentes (2) – Operações Descontinuadas (1)	712	539	32,1%
Equivalência Patrimonial	(3.843)	–	n/c
Participação de acionistas não controladores	66	(11.475)	-100,6%
Custo de manutenção – IAS 37	1.665	8.221	-79,7%
<b>EBIT Ajustado</b>	<b>715.846</b>	<b>174.405</b>	<b>310,5%</b>
Margem EBIT Ajustado (3)	85,7%	25,2%	60,6 p.p
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>925.811</b>	<b>351.951</b>	<b>163,1%</b>
Margem EBITDA Ajustado (3)	110,9%	50,9%	60,0 p.p

... continuação do Relatório da Administração 2012

	2012	2011	Δ
Endividamento curto prazo (i)	242.667	335.282	-27,4%
Endividamento longo prazo (ii)	1.135.584	716.306	58,5%
Endividamento de operações descontinuadas (iii)	680.829	326.315	108,6%
<b>Dívida Bruta</b>	<b>2.059.080</b>	<b>1.377.903</b>	<b>49,5%</b>
Disponibilidades (ii)	166.511	197.520	-15,7%
Disponibilidades – Operações descontinuadas (iii)	23.351	17.873	30,6%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>1.869.218</b>	<b>1.162.510</b>	<b>60,9%</b>

(i) Considera empréstimos, financiamentos e debêntures.  
(ii) Caixa e aplicações financeiras de curto prazo.  
(iii) Conciliação com a Nota Explicativa número 10.  
O gráfico abaixo ilustra o fluxo de amortização da dívida consolidada em 31 de dezembro de 2012. Apenas 12% do total do endividamento tem vencimento em 2013.

Fluxo de Amortização da Dívida (em R\$ milhões)



**Rating**  
A Triunfo possui Rating Nacional de Longo Prazo 'A+' (bra) corporativo atribuído pela Fitch Ratings. De acordo com o relatório divulgado, o rating reflete o adequado perfil de negócios da Triunfo, baseado em sua diversificada carteira de ativos, que inclui concessões rodoviárias e atividades de energia e portuárias. Estas apresentam forte geração de caixa, razoável previsibilidade e baixa volatilidade de resultados. A perspectiva do rating corporativo é Estável.

A afirmação do ratings reflete a expectativa da Fitch de que os significativos investimentos previstos pela Triunfo para os próximos três anos, com objetivo de expandir os negócios da companhia, não devem impactar fortemente a qualidade de crédito da empresa. A Triunfo deve financiar, com dívida adicional nos níveis dos projetos e da holding, a conclusão da usina de energia hidrelétrica de Garibaldi, em Santa Catarina, e implementar o projeto do Aeroporto de Viracopos, em Campinas.

Entretanto, caso ocorram acentuadas frustrações nas expectativas da Fitch quanto ao crescimento da geração de caixa operacional consolidada e do fluxo de dividendos para a holding, levando a uma deterioração não esperada da alavancagem, e nos índices de cobertura da dívida desta, os ratings poderão ser reavaliados. Outro fator de pressão aos ratings seria o anúncio de novos investimentos relevantes que demandem maiores recursos de dívida e de capital, caso este último seja financiado com novas dívidas contraídas pela holding.

**i) Investimentos**  
Em linha com seu compromisso de buscar projetos de infraestrutura com retorno atraente, a Triunfo investiu R\$767,0 milhões ao longo de 2012.

Desse montante, 60% do total (R\$ 460 milhões) foram direcionados ao projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Garibaldi, pela Rio Canoas, que tem previsão de iniciar a operação comercial no final de 2013 e 10% na primeira fase de modernização do Aeroporto de Viracopos.

Investimentos em Coligadas – 2012



**5 Recursos Humanos**

Acreditando que uma empresa é constituída, primordialmente, de pessoas e que o elemento humano é fator de extrema importância para seu bom desempenho, a Triunfo e suas controladas investem de maneira considerável na formação de seus colaboradores. Encerramos 2012 com aproximadamente 3.500 colaboradores engajados e comprometidos com os resultados positivos da Companhia. Investimos constantemente na melhoria social e profissional, disponibilizando plano assistencial, previdência privada extensiva a todas as coligadas, política de financiamento acadêmico, treinamentos contínuos e buscando sempre a melhoria do ambiente organizacional. Políticas de Benefícios e de Cargos e Salários, alinhadas às melhores práticas de mercado, estão sendo aplicadas com objetivo de fomentar o trabalho dos colaboradores e oferecer perspectivas de construção de carreiras sólidas, orientadas para desenvolvimento do nosso negócio. É nosso compromisso oferecer subsídios para promover o crescimento de nossos profissionais de maneira consistente e responsável.

**6 Sustentabilidade**

A Triunfo trabalha para que a sua atuação promova o desenvolvimento econômico e social de maneira sustentável. Por isso, apenas em 2012, aplicou cerca de 28 milhões em variados projetos socioambientais. De modo transparente, a empresa busca minimizar os impactos das suas atividades e investe em melhorias nas regiões onde está presente. Por isso, possui uma Política de Sustentabilidade que inclui itens como governança corporativa, valorização dos colaboradores, meio ambiente, saúde, segurança, e ainda a publicação de um Relatório de Sustentabilidade de acordo com as diretrizes da *Global Report Initiative*. Ainda com o intuito de traçar o desenvolvimento de maneira ambientalmente correta, a Triunfo realiza em seus negócios um trabalho efetivo com base nos seguintes processos: gerenciamento de resíduos sólidos, monitoramento de emissão de CO<sub>2</sub> e NO<sub>2</sub>, monitoramento de ruído, monitoramento das águas subterrâneas e superficiais além de trabalhar com indicadores estratégicos que propõem a redução do impacto ambiental. A Triunfo possui ainda o Instituto Sócio Cultural Triunfo. No ano de 2012, o Instituto deu início a produção de dois livros voltados para a comunidade do entorno de onde atua: um para a região de Navegantes e outro para a região de Londrina, que serão lançados em 2013.

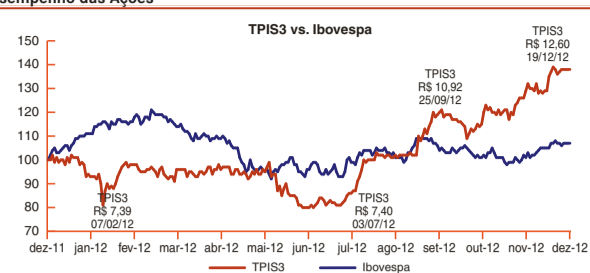
**7 Governança Corporativa**

Como uma empresa participante do Novo Mercado da BM&FBovespa, a Triunfo acredita que a adoção das melhores práticas de Governança Corporativa é essencial para a gestão estratégica e eficiente do negócio. A auditoria independente, da Ernst&Young Terco, aplica assíduos procedimentos de prestação de contas aos acionistas e investidores. Em consonância com as boas práticas de Governança Corporativa e conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que os Auditores Independentes não prestaram qualquer outro tipo de serviço além dos serviços de auditoria. A estrutura de gestão é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a sua estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização do desempenho da Companhia. É responsável, também, pela supervisão da gestão da Diretoria Executiva. Nosso Conselho de Administração é formado por sete membros, sendo dois deles independentes. A Diretoria Executiva é responsável pela gestão e execução do negócio, direcionados pelas deliberações do Conselho de Administração. Os diretores têm responsabilidades pessoais e são nomeados pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de dois anos, podendo ser reeleitos. A Diretoria Executiva da Companhia é composta por quatro membros. O Conselho Fiscal da Triunfo foi instituído em 2010 em caráter não permanente, sendo seus membros eleitos pela Assembleia Geral. É constituído por três membros efetivos. A responsabilidade principal do Conselho Fiscal é fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras, relatando suas observações aos acionistas. A posse dos membros da Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal da Triunfo está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores previsto no Regulamento do Novo Mercado. A atuação da Triunfo é pautada, ainda, por normas internas adicionais que refletem os princípios de governança, como as Políticas de Divulgação, de Negociação de Valores Mobiliários, de Sustentabilidade e o Código de Conduta. Todas são formalmente emitidas e instrumentizadas para assegurar a uniformidade e adequação das atividades das empresas do Grupo e seus colaboradores. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

**8 Mercado de Capitais**

Desde o IPO em 2007 a Triunfo aderiu ao Novo Mercado, o mais elevado padrão de Governança Corporativa da BM&FBovespa. As ações ordinárias da Triunfo são negociadas na BM&FBovespa sob o código TPIS3. Além disso, a Companhia possui American Depositary Receipts (ADRs) Nivel I negociados no mercado de balcão norte-americano Over-The-Counter (OTC) sob o código TPIUY, tendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

**9 Desempenho das Ações**



Em 2012, as ações da Triunfo apresentaram uma valorização de 37% e encerraram o ano cotadas a R\$12,50, enquanto o índice Ibovespa, principal indicador da BM&FBovespa, acumulou uma valorização de 7,2%. As ações da Triunfo tiveram sua maior alta em dezembro, atingindo R\$12,60 por ação. A Triunfo manteve um desempenho bastante superior ao índice Ibovespa conforme o gráfico acima. A média do volume financeiro negociado apresentou em 2012 um aumento de 70% em relação a 2011, atingindo R\$1,4 milhão em 2012. A média diária de negócios foi de 104 por dia em 2012. A Triunfo se destacou como a empresa que mais criou valor no período de 2009 a 2011 e foi a vencedora do prêmio Abrasca de Criação de Valor em 2012. Com o objetivo de aumentar a liquidez do papel, a Triunfo em julho de 2012 contratou o BTG Pactual como formador de mercado.

**10 Dividendos**

O estatuto social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, apurado nas demonstrações financeiras não consolidadas. A declaração anual de dividendos exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Triunfo e irá depender de diversos fatores como os resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa, perspectivas futuras da Companhia, dentre outros. Ao longo de 2012, a Triunfo distribuiu o montante de R\$48,8 milhões em dividendos, sendo R\$2,1 milhões referente ao lucro de 2011, R\$20,4 milhões como antecipação do lucro de 2012 e R\$26,3 milhões como dividendo intermediário, baseado no lucro acumulado em exercícios anteriores. A *dividend yield* de 2012 foi de 2,7%.

**11 Relações com Investidores**

Acionistas, investidores e analistas de mercado têm a sua disposição informações no site: www.triunfo.com/ri. Além disso, o contato pode ser estabelecido através do e-mail: ri@triunfo.com ou pelo fone: +55 11 2169 3999. A Triunfo acredita que uma comunicação transparente dos seus resultados é fundamental para a comunidade financeira seja capaz de realizar uma análise correta de suas atividades.

**12 Agradecimentos**

Aproveitamos para agradecer nossos acionistas, usuários, prestadores de serviços e, em especial aos nossos colaboradores, que tanto ajudam em nosso crescimento, por mais um ano de trabalho dedicado à Companhia.

<b>Conselho de Administração</b>	
<b>Luiz Fernando Wolff de Carvalho</b>	– Presidente do Conselho
<b>Fernando Xavier Ferreira</b>	– Conselheiro Independente Efetivo
<b>Marcelo Souza Monteiro</b>	– Conselheiro Independente Efetivo
<b>Antonio José Monteiro da Fonseca de Queiroz</b>	– Conselheiro Efetivo
<b>João Vitor Garcia</b>	– Conselheiro Efetivo
<b>Leonardo de Almeida Aguiar</b>	– Conselheiro Efetivo
<b>Ricardo Stabile Piovezan</b>	– Conselheiro Efetivo
<b>Conselho Fiscal</b>	
<b>Bruno Shigueyoshi Oshiro</b>	– Membro Efetivo
<b>Vandelei Dominguez Rosa</b>	– Membro Efetivo
<b>Paulo Roberto Franceschi</b>	– Membro Efetivo
<b>Eduardo da Gama Godói</b>	– Membro Suplente
<b>Alberto Sammarone Silveira Lima</b>	– Membro Suplente
<b>Giorgio Bampi</b>	– Membro Suplente

<b>Diretoria Executiva Estatutária</b>	
<b>Carlo Alberto Bottarelli</b>	– Diretor Presidente e de Energia
<b>Sandro Antonio de Lima</b>	– Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores
<b>Paula Paulozzi Villar</b>	– Diretora de Coordenação Jurídica
<b>Luiz Eduardo Barros Manara</b>	– Diretor de Relações Institucionais

<b>Contador</b>	
<b>Hermes Oliveira</b>	– CRC 1 PR051928/O – 9 “S”

**Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)**

Ativo	Nota explicativa	Controladora – BRGAAP		Consolidado – IFRS	
		2012	2011	2012	2011
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.553	14.241	129.279	141.937
Aplicações financeiras vinculadas	5	28.389	26.523	36.154	55.533
Contas a receber de clientes	6	–	–	76.939	45.402
Adiantamento a fornecedores	1.459	1.239	11.659	34.330	
Impostos a recuperar	7	8.024	6.066	16.712	8.071
Contas a receber – partes relacionadas	9	44.481	24.942	15.085	2.736
Participações a comercializar	10	575.644	260.544	–	–
Despesas de exercícios seguintes	11	99	121	4.334	4.324
Outros créditos	14	51	83	7.147	5.100
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>697.700</b>	<b>333.759</b>	<b>297.309</b>	<b>297.433</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo:</b>					
Aplicações financeiras vinculadas	5	–	–	1.078	50
Contas a receber de clientes	6	–	–	3.413	957
Créditos tributários diferidos	8	–	–	88.644	33.212
Contas a receber – partes relacionadas	9	85.760	71.390	41.326	9.642
Despesas de exercícios seguintes	11	–	–	258	1.875
Depósitos judiciais	7	141	149	2.454	1.429
Impostos a recuperar	7	–	–	3.394	2.310
Outros créditos	14	85.901	71.539	148.266	49.504
Investimentos:					
Em controladas e equiparadas	12	1.717.087	1.374.556	649.534	–
Outros investimentos	13	–	–	49	35
Imobilizado	13	10.701	10.704	909.166	1.236.201
Intangível	14	150.926	65.456	1.742.330	1.171.563
		1.878.714	1.450.716	3.301.079	2.407.799
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.964.615</b>	<b>1.522.255</b>	<b>3.449.345</b>	<b>2.457.303</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.662.315</b>	<b>1.856.014</b>	<b>5.117.924</b>	<b>3.403.687</b>
				<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras</i>	
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	16	883	568	58.288	57.647
Empréstimos e financiamentos	16	4.578	4.726	114.041	118.331
Debêntures	17	39.929	35.144	106.534	216.951
Obrigações contrato de concessão	15	–	–	39.615	7.547
Salários, provisões e contribuições sociais	18	1.145	958	17.247	13.025
Impostos, taxas e contribuições	18	1.437	89	23.048	23.622
Adiantamento de clientes	23 b)	–	–	2.145	1.495
Dividendos propostos	23 b)	–	2.133	–	10.399
Contas a pagar – partes relacionadas	9	34.967	39.070	27.935	5.589
Contratos de aquisição de ativos	20	–	21.498	1.000	21.498
Arrendamento mercantil	33	58	58	3.275	6.349
Outros débitos	33	2.451	4.233	6.444	13.316
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>65.448</b>	<b>108.477</b>	<b>408.572</b>	<b>495.769</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Exigível a longo prazo:</b>					
Obrigações contrato de concessão	15	–	–	528.993	26.713
Empréstimos e financiamentos	16	18.343	23.552	81.706	215.334
Debêntures	17	654.505	346.331	1.075.970	500.972
Impostos, taxas e contribuições	18	–	–	3.801	4.501
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	–	–	346.270	366.477
Receitas diferidas, líquidas	21	–	–	8.462	8.908
Provisão para demandas judiciais e administrativas	22	–	–	3.747	720
Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	12	53.763	6.771	49	–
Arrendamento mercantil	33	34	91	12.594	18.486
Contratos de aquisição de ativos	20	6.500	10.250	6.500	10.250
Outros débitos	33	–	–	1.887	6.608
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>733.145</b>	<b>386.995</b>	<b>2.069.979</b>	<b>1.158.969</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	23				
Capital social		512.979	512.979	512.979	512.979
Reservas de capital		7.777	(6.566)	7.777	(6.566)
Reservas de lucros		685.965	146.331	685.965	146.331
Resultados abrangentes		637.001	707.798	637.001	707.798
Participação de acionistas não controladores		–	–	25	–
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.843.722</b>	<b>1.360.542</b>	<b>1.843.747</b>	<b>1.360.542</b>
Passivos de operações descontinuadas	10	–	–	795.626	388.407
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.662.315</b>	<b>1.856.014</b>	<b>5.117.924</b>	<b>3.403.687</b>

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Controladora) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)**

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros de retenção de lucro	Reserva de lucros de retenção de lucro	Resultados abrangentes		Lucro (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
							Reserva de reavaliação reflexa	Ajuste de avaliação patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2010	512.979	3.380	1.623	–	77.221	78.844	267.721	507.895	–	1.370.819
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Realização da reserva de reavaliação reflexa	–	–	–	–	–	–	(42.661)	–	42.661	–
Realização do ajuste ao custo atribuído	–	–	–	–	–	–	–	(25.157)	25.157	–
Plano de opção de ações	–	2.145	–	–	–	–	–	–	–	2.145
Ágio em transações de capital	–	(12.091)	–	–	–	–	–	–	–	(12.091)
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	–	–	(20.000)	(20.000)
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	21.802	21.802
Destinações:	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Constituição da reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	66.397	66.397	–	–	(66.397)	–
Constituição da reserva legal	–	–	1.090	–	–	–	–	–	(1.090)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.133)	(2.133)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>512.979</b>	<b>(6.566)</b>	<b>2.713</b>	<b>–</b>	<b>143.618</b>	<b>146.331</b>	<b>225.060</b>	<b>482.738</b>	<b>–</b>	<b>1.360.542</b>
Realização da reserva de reavaliação reflexa	–	–	–	–	–	–	(39.744)	–	39.744	–
Realização do ajuste ao custo atribuído	–	–	–	–	–	–	–	(31.053)	31.053	

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>Fluxos de caixa das ativ. operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	515.557	21.802	515.557	22.363
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas nas atividades operacionais	–	–	–	–
Provisão de devedores duvidosos	–	–	1.836	17
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	(55.529)	(48.521)
Depreciação do imobilizado	505	474	61.719	50.888
Amortização do intangível	75	55	122.934	101.550
Baixa de ativo imobilizado e intangível	183	3.177	2.789	3.508
Perda no aumento de participação em investimentos	15.789	–	(502.587)	–
Amortização do ágio e daságio sobre investimentos	2.393	2.392	2.393	2.392
Variações monetárias de empréstimos, financiamentos e debêntures	72.093	48.238	147.629	117.613
Variações monetárias de contratos com empresas ligadas, operações não comerciais	(7.805)	(8.547)	5.614	(4.048)
Provisão para contingências, liquidações de baixas e reversões	–	–	3.850	(295)
Pagamento baseado em ações	2.252	2.145	2.252	2.145
Apropriação de lucros diferidas líquidas	–	–	(446)	–
Resultado de equivalência patrimonial	(609.793)	(78.258)	(3.843)	–
Participação de acionistas não controladores	–	–	66	(11.475)
Participações destinadas a venda	–	–	(18.544)	(8.261)
Ganho na diluição de investimentos	–	(8.800)	–	(8.800)
<b>Variações nos ativos e passivos (Aumento) diminuição dos ativos</b>				
Contas a receber de clientes	–	–	(35.829)	(18.407)
Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	–	(17.300)	281	(238)
Impostos a recuperar	(1.958)	(2.303)	(9.725)	(3.625)
Despesas do exercício seguinte e outros valores a receber	(8.804)	(2.703)	(4.081)	(42.835)
<b>Aumento (diminuição) dos passivos</b>				
Fornecedores	315	(100)	641	43.705
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	–	–	22.346	1.635
Obrigações sociais e trabalhistas	187	13	4.222	3.842
Impostos, taxas e contribuições	1.348	(43)	34.622	22.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	66.043	51.017
Pagamento de imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	(57.617)	(39.747)
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	(1.782)	12.126	(103.672)	7.212
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(19.445)	(27.632)	202.921	243.874
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>				
Investimentos/Aquisições em controladas e coligadas	(300.450)	(174.473)	(164.341)	(16)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	183.773	133.473	–	–
Aquisição de bens do imobilizado	(531)	(2.683)	(55.784)	(320.600)
Adições ao ativo intangível	(13.394)	(26.554)	(249.851)	(148.847)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(130.602)	(70.237)	(469.976)	(469.463)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(48.853)	(27.413)	(57.119)	(27.413)
Pagamentos de empresas ligadas, operações não comerciais	(67.433)	(18.899)	(40.347)	–
Recebimentos de empresas ligadas, operações não comerciais	73.621	117.665	39.124	5.000
Juros recebidos de empresas ligadas, operações não comerciais	8.367	3.742	934	–
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	816.461	195.942	1.344.670	693.906
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(514.656)	(102.177)	(908.836)	(271.867)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(87.851)	(56.134)	(124.029)	(92.789)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	175.359	109.158	254.397	306.837
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>25.312</b>	<b>11.289</b>	<b>(12.658)</b>	<b>81.248</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>14.241</b>	<b>2.952</b>	<b>141.937</b>	<b>60.689</b>
No início do período	39.553	14.241	129.279	141.937
No fim do período	25.312	11.289	(12.658)	81.248

### Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Receitas	73.389	77.004	1.080.790	833.720
Vendas de serviços	–	–	801.824	657.373
Receitas de construção	–	–	199.233	94.906
Realização da reserva de reavaliação	70.797	67.818	70.797	67.818
Outras receitas	2.592	9.186	10.772	13.640
Provisão para devedores duvidosos	–	–	(1.836)	(17)
Insumos adquiridos de terceiros	(23.466)	(9.092)	90.136	(308.190)
Custos dos serviços prestados	–	–	(121.693)	(124.936)
Custos de construção	–	–	(199.233)	(94.655)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.677)	(9.092)	(91.525)	(88.599)
Outros custos operacionais	(15.789)	–	502.587	–
Valor adicionado bruto	49.923	67.912	1.170.926	525.530
Retenções	(2.973)	(2.921)	(187.046)	(154.830)
Depreciação e amortização	(2.973)	(2.921)	(187.046)	(154.830)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	46.950	64.991	983.880	370.700
Valor adicionado líquido recebido em transferência	634.279	94.742	27.328	14.806
Resultado de equivalência patrimonial	609.793	78.258	3.843	–
Receitas financeiras	24.486	16.484	23.485	14.806
Valor adicionado total a distribuir	681.229	159.733	1.011.208	385.506
Distribuição do valor adicionado	681.229	159.733	1.011.208	385.506
Pessoal e encargos	13.156	13.988	109.482	82.734
Remuneração direta	11.920	13.140	87.466	65.993
Benefícios	956	608	15.315	11.712
F.G.T.S	280	240	5.242	3.602
Outras	3.010	1.534	91.231	45.082
Impostos, taxas e contribuições	2.955	1.483	53.006	14.516
Federais	3	3	6.115	3.024
Estaduais	52	48	32.110	27.542
Municipais	78.709	54.591	191.658	159.099
Remuneração do capital de terceiros	78.288	54.051	182.861	142.550
Juros	421	540	7.654	8.343
Outras	–	–	1.143	8.206
Remuneração do poder concedente	–	–	13.873	11.624
Remuneração de capitais próprios	20.440	22.133	20.440	22.133
Lucros de operações descontinuadas	–	–	18.544	8.261
Lucros retidos do exercício	565.914	67.487	565.914	68.048
Participação de acionistas não controladores	–	–	66	(11.475)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

#### 1 Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros) sob a sigla “TPIS3”.

#### a) Negociadas e controladas em conjunto

Em 31 de dezembro de 2012 as participações relevantes da Triunfo, segregadas por segmento de negócios, são conformes a seguir:

#### i) Concessionárias de rodovias

**Concer**  
A Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. (“Concer”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora – Petrópolis – Rio de Janeiro (Trevo das Missões), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 180 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 814,4 MG (bidirecional), km 45,5 RJ (bidirecional) e km 104 RJ (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

#### Concepa

A Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. (“Concepa”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, da rodovia BR-290/RS, trecho Osório – Porto Alegre, e o entroncamento da BR-116/RS (Guaíba), nos termos do Contrato de Concessão DNER/PG-016/97-00 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 121 km, e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 19,5 (sentido Porto Alegre – Osório), km 77,5 (bidirecional) e km 110,7 (sentido Osório – Porto Alegre). O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão está previsto para 25 anos, podendo ser prorrogado, conforme condições previstas no contrato de concessão.

#### Econorte

A Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. (“Econorte”), tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Lote nº 1 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná – DER/PR-071/97 e seus aditivos. O trecho concedido totaliza 341 km e possui três praças de pedágio, localizadas nos km 0 da BR-369 (bidirecional), km 126 da BR-369 (bidirecional) e km 3 da PR-323 (bidirecional). O início da concessão ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão.

#### Ecovale

A Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. (“Ecovale”) tem como objeto específico a exploração, sob o regime de concessão, do Sistema Rodoviário BR-470/SC, nos termos do Contrato de Concessão totaliza 488,1 Km e até o momento a Ecovale encontra-se em fase pré operacional, em razão da contestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que discute a nulidade do contrato, conforme apresentado na nota explicativa nº 22, item b).

Em caso de extinção das concessões, reverterem ao poder concedente todos os bens transferidos para administração das concessionárias, os bens reversíveis incorporados às rodovias durante as concessões e os direitos e privilégios decorrentes dessas, livros e desembaraços de quaisquer ônus ou encargos e cessam, para as concessionárias, todos os direitos emergentes dos contratos. Em caso de extinção, as concessionárias serão indenizadas pelo valor contábil dos investimentos incorporados às concessões ainda não amortizados.

#### ii) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias

As controladas Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. (“Rio Bonito”), Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Guaíba”) e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio e Serviços Rodoviários Ltda. (“Rio Tibagi”) prestam serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infra-estrutura) às concessionárias de rodovias. Esses serviços foram contratados, quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares àquelas que seriam realizadas com terceiros e são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

#### iii) Geração de energia elétrica

#### Rio Verde

A Rio Verde Energia S.A. (“Rio Verde”) tem por objeto específico a implantação, a geração, a comercialização e a instalação de linha de transmissão de interesse restrito e central geradora de energia elétrica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Salto (UHE Salto), localizada no Rio Verde, nos municípios de Itarumã e Caçu, no Estado de Goiás, nos termos do Contrato de Concessão assinado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 090/02, com prazo de 35 anos, contados a partir de 11 de dezembro de 2002, podendo ser prorrogado mediante o cumprimento pela Companhia das condições estabelecidas pelo contrato de concessão. A usina iniciou a operação da 1ª máquina em 25 de maio de 2010 e da 2ª máquina em 28 de agosto de 2010, com capacidade total instalada de 116 MW conforme aprovação da ANEEL publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 2009 e energia assegurada de 558.888 MWh/ano. Em 19 de agosto de 2011, foi publicada em Diário Oficial da União, a Portaria nº 33, que autorizou o aumento de 4,0 MW na garantia física de energia da UHE Salto, totalizando a energia assegurada de 593.928 MWh/ano.

Até o fim do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização, paga à Rio Verde, dos investimentos realizados e ainda não amortizados.

A Rio Verde possui um Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Power Purchase Agreement” ou “PPA”) com a Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (“Votene”) do total da energia assegurada da usina Salto, pelo preço de 16 anos, correspondentes aos 558.888 MWh/ano, contados a partir do início da operação, ao preço inicial de R\$126,00 e final de R\$132,00 por MWh, reajustados com base na variação do IGP-M.

A partir do último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro de seus interesses e estratégias. Dadas essas novas oportunidades e a previsão de recursos para fazer frente a esses investimentos, a Administração da Triunfo tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Verde. Em 2012, a Companhia manteve negociações de venda sendo efetuado processo de “due diligence” e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da Administração da Companhia, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a mesma continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no item 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas” nas informações trimestrais consolidadas, conforme descrito na nota explicativa nº 10.

#### Rio Canoas

A Rio Canoas Energia S.A. (“Rio Canoas”) tem por objeto específico a exploração do potencial de energia hidráulica, mediante concessão para exploração do potencial energético denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi (UHE Garibaldi), localizada na Usina nº 03/2010, localizada no Rio Canoas, nos municípios de Centro Negro e Abdon Batista, no Estado de Santa Catarina, com potência instalada mínima de 177,9 MW. A Rio Canoas passou a ter o direito de exploração da UHE Garibaldi pelo prazo de 35 anos a partir da assinatura do contrato de concessão, sendo que vendeu, em Leilão nº 03/2010 da ANEEL, cerca de 70% da energia assegurada da Usina pelo prazo de 30 anos, a contar da data de início da geração da primeira turbina, que deverá ocorrer até outubro de 2014, pelo valor de R\$107,98 MWh. Em 14 de dezembro de 2010, foi assinado o contrato nº 03/2010 – MME – UHE Garibaldi, entre a União, por intermédio do Ministério de Minas e Energia – MME, e a Rio Canoas publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de dezembro de 2010. O contrato tem como objeto regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Canoas, denominado Usina Hidrelétrica Garibaldi, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto de 09 de dezembro de 2010.

Os investimentos previstos necessários para colocar a Usina em operação são de aproximadamente R\$ 970.200,00. A expectativa da Administração é que 48,2% dos recursos necessários para a implantação serão captados através de financiamentos juntos ao BNDES e outros agentes financeiros e o restante, inclusive aquisição de terrenos, por meio de capital próprio. Até 31 de dezembro de 2012 foram investidos o montante de R\$340.324, provenientes de recursos aportados pela Companhia. Em 20 de janeiro de 2011, foi protocolado o pedido de enquadramento do projeto de implantação da Usina Hidrelétrica de Garibaldi, para análise de viabilidade de apoio financeiro pelo BNDES, na modalidade de financiamento de longo prazo estruturado sob a forma de Project Finance Direto. Referido enquadramento foi deferido pelo BNDES em 15 de fevereiro de 2011 (correspondência 114/2011-BNDES-CEC). Em 05 de junho de 2012 foi autorizada a concessão de colaboração financeira, destinada à implantação da UHE Garibaldi, através da Decisão de Diretoria nº 520/2012-BNDES, tendo sido firmado, em 10 de julho de 2012, o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.0520.1. Em 23 de agosto de 2012, foi recebido do BNDES o primeiro desembolso no montante de R\$270.000.

O início da construção da UHE Garibaldi ocorreu no primeiro trimestre de 2011, com a expectativa de início de suas atividades operacionais em outubro de 2014 (1ª máquina – turbina), em novembro de 2014 (2ª máquina – turbina) e dezembro de 2014 (3ª máquina – turbina), conforme prazo determinado pelo contrato de concessão.

Em 2 de fevereiro de 2011, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação nº 084/2011 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, com validade por um prazo de 06(seis) meses. Referida LAI foi renovada pela FATMA na data de 27 de outubro de 2011, passando a ter um prazo de validade de 04 (quatro) meses a partir daquela data.

Em 20 de dezembro de 2012, foi concedida à Companhia a Licença Ambiental de Instalação nº 8040/2012 – LAI, pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA, referente a implantação da linha de transmissão de energia elétrica de 230 kV – UHE Garibaldi, com validade por um prazo de 36 meses. A partir do último trimestre de 2012, a Administração da Triunfo, com objetivo de continuar implementando o forte ritmo de crescimento aliado ao momento vivido pelo mercado de energia, tomou a decisão de alienar a participação na controlada Rio Canoas assim como a controlada Rio Verde.

#### Outros

Em 31 de dezembro de 2012, a Triunfo mantém, em fase de desenvolvimento de viabilidade, certos projetos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas) e energia eólica, cujos investimentos realizados totalizam o montante de R\$ 15.913.

#### iv) Administração de portos

#### Portonave

Através do Contrato de Adesão MT/DP 098/01 a União, por meio do Ministério dos Transportes, autorizou a Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (“Portonave”) a iniciar a exploração do porto de uso privativo, situado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegantes, no Estado de Santa Catarina. A Portonave possui os direitos de exploração do Porto de Navegantes por 25 anos, contados a partir de 18 de agosto de 2005, renováveis automaticamente para mais 25 anos.

zenamento de cargas próprias e de terceiros. Em 12 de novembro de 2009, a câmara frigorificada foi atingida por incêndio em parte de suas instalações, que interrompeu temporariamente a atividade de armazenamento de produtos, porém não afetou a principal atividade da Iceport, trading de mercadorias. A Portonave possui seguro no montante de até 166,3 milhões de dólares para cobrir os danos físicos a bens móveis e imóveis; responsabilidade civil e; cobertura adicional de perda de receita bruta e/ou despesas adicionais ou extraordinárias, consequentes de paralisação total ou parcial das atividades. A Administração da Portonave concluiu o processo de ressarcimento dos danos causados aos terceiros devido ao incêndio da câmara frigorificada em 12 de novembro de 2009, os quais não geraram perdas para a Portonave. O processo de reconstrução da parte afetada já foi concluído, sendo totalmente reembolsado pelo segurador, e as operações da câmara foram restabelecidas, em sua plenitude operacional, a partir de junho de 2011.

#### Vertria/Santa Rita

Em 15 de julho de 2008, a Triunfo constituiu a Santa Rita S.A. – Terminais Portuários (“Santa Rita”), com o objetivo de instalar e operar terminal portuário em quaisquer das modalidades previstas pela Lei nº 8.630/93, bem como a exploração das atividades correlatas a operação de terminais portuários. Parte do capital social da Santa Rita foi formado através do aporte do investimento detido pela Triunfo na TPB Terminal Portuário Brites Ltda. (“TPB”), no montante de R\$70.200, adquirido em 25 de junho de 2008.

Em 5 de abril de 2011, foi concebido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a licença prévia nº 399/2011 relativa ao Terminal Portuário Brites. Em 1 de setembro de 2011, foi realizada a retrovenda dos 3.750.000 ações de emissão da Santa Rita correspondente a 1,5% das ações da mesma, que estavam sob posse da Triunfo e que passaram para a propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites pelo montante de R\$3.750. Em ato contínuo, a Triunfo exerceu a opção de compra da totalidade das ações de emissão da Santa Rita de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, as quais correspondem a 12% do capital da referida empresa pelo montante de R\$41.967, conforme descrito na nota explicativa nº 20. Em 30 de setembro de 2011, a opção de compra foi exercida pela Companhia e o saldo foi liquidado no primeiro trimestre de 2012. Como efeito dessa transação, a Companhia registrou um ágio em transações de capital no montante de R\$12.091 diretamente no seu patrimônio líquido, na rubrica de “Reserva de capital”.

Em 19 de dezembro de 2011, a Companhia juntamente com a ALL – América Latina Logística S.A. (“ALL”) e com os acionistas da Vetrin Participações S.A. (“Vetrin”) celebraram um contrato com o objetivo de implementar uma associação estratégica (“Associação”), por meio de uma sociedade a ser denominada Vetrin Mineração S.A. (“Vetrin”), para criar um sistema integrado mina-logística-porto. Esse contrato possuía a interveniência e anuência das controladas Santa Rita e TPB e da Vetrin Mineração S.A. e previa uma série de condições suspensivas a serem cumpridas para efetiva constituição da Vetrin.

Em 3 de dezembro de 2012

**... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)**

Companhias	Controle	2012		2011	
		Participação (%) Direta	Participação (%) Indireta	Participação (%) Direta	Participação (%) Indireta
Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. ("Iceport") (ii)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Teconave Terminais de Contêineres de Navegantes S.A. ("Teconave") (ii)	Controlada em conjunto	-	50,0	-	50,0
Maris Gaudium Empreendimentos e Participações S.A. ("Maris Gaudium") (i)	Controlada	-	-	-	100,0
Starpport Participações Ltda. ("Starpport") (i)	Controlada	-	-	-	99,9
Santa Rita S.A. – Terminais Portuários ("Santa Rita") (iii)	Controlada	-	-	12,0	88,0
Vetria Mineração S.A. ("Vetria") (iii)	Controlada em conjunto	15,8	-	-	-
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (iv)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	100,0
Vetorial Mineração Ltda. ("Vetorial") (iv)	Controlada em conjunto	-	15,8	-	-
TPI-Log S.A. ("TPI-Log")	Controlada	100,0	-	100,0	-
MaNave S.A. – Terminais Portuários ("MaNave")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Portonave S.A. – Terminais Portuários ("Portonave")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda. ("Moss") (vi)	Controlada	-	-	91,0	-
Maestra Navegação S.A. ("Maestra") (ix)	Controlada em conjunto	60,7	-	58,5	-
Maestra Shipping LLP ("Maestra LLP") (v)	Controlada em conjunto	-	-	60,7	58,5
Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (ix)	Controlada em conjunto	60,7	-	58,5	-
NTL – Navegação e Logística S.A. ("NTL") (ix)	Controlada em conjunto	60,7	-	58,5	-
Trevally Participações e Investimentos S.A. ("Trevally")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Canoas Energia S.A. ("Rio Canoas") (A)	Controlada	-	-	100,0	-
Rio Claro Operação e Manutenção Ltda. ("Rio Claro")	Controlada	100,0	-	100,0	-
TNE – Triunfo Negócios de Energia S.A. ("TNE")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Anddis Participações e Investimentos S.A. ("Anddis")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Dable Participações Ltda. ("Dable")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Jahy Participações Ltda. ("Jahy")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Santip Participações Ltda. ("Santip")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Luve Participações e Investimentos S.A. ("Luve") (vii)	Controlada	-	-	100,0	-
Santa Clara Participações e Investimentos S.A. ("Santa Clara") (viii)	Controlada	-	-	100,0	-
Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. ("ABV") (vii)	Controlada em conjunto	45,0	-	-	-
Aeroportos Brasileiros – Viracopos S.A. ("ABV") (vii)	Controlada em conjunto	-	22,9	-	-
Tijós Participações e Investimentos S.A. ("Tijós")	Controlada	100,0	-	100,0	-
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	Controlada	100,0	-	100,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda. ("ATTT")	Controlada	64,0	-	64,0	-

- (i) As controladas Maris Gaudium, Starport e TPI-Log detinham cada uma 16,67% de participação na Portonave S.A. Em 29 de setembro de 2012, a controlada TPI-Log sofreu cisão parcial, com a incorporação da parcela cindida pela Maris Gaudium e Starport. Em 30 de setembro de 2012 as controladas Maris Gaudium e Starport foram incorporadas pela controlada Portonave e extintas. Ambos os processos tiveram como base laudos elaborados por especialistas contratados. Como resultado, a TPI-Log permaneceu com 16,67% de participação na Portonave S.A. enquanto que a TPI passou a deter os 33,33% que pertenciam às sociedades extintas.
- (ii) A controlada Portonave detém 100,0% de participação nas controladas Iceport e Teconave.
- (iii) Em 3 de dezembro de 2012, a Santa Rita S.A. – Terminais Portuários alterou sua denominação social para Vetria Mineração S.A. Após celebração dos acordos de acionistas entre Triunfo, ALL e Vetorial Participações, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iv), a Companhia passou a deter 15,79% de participação na coligada Vetria.
- (iv) A coligada Vetria detém 100,0% de participação na TPB e na Vetorial Mineração.
- (v) A controlada Maestra detém 100,0% de participação na controlada Maestra LLP.
- (vi) Em 18 de fevereiro de 2012, a controlada Portonave adquiriu 91% de participação da Moss, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iv).
- (vii) Em 7 de maio de 2012, a controlada Luve Participações e Investimentos S.A. alterou sua denominação social para Aeroportos Brasil – Viracopos S.A.
- (viii) Em 11 de maio de 2012, a controlada Santa Clara Participações e Investimentos S.A. alterou sua denominação social para Aeroportos Brasil – Viracopos S.A.
- (ix) Em setembro de 2012, a Companhia aumentou sua participação nos negócios de cabotagem de 58,50% para 60,73% através da diluição de capital de outros acionistas, conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) v).
- (x) O investimento na controlada Rio Canoas encontra-se destinada à venda, conforme nota explicativa nº 1 a) iii) e seus saldos não são mais consolidados nas demonstrações financeiras.

Os saldos dos balanços patrimoniais e dos resultados do período findo em 31 de dezembro de 2012 das controladas, sem efeito da participação proporcional, utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

**a) Segmento rodoviário**

	Econorte	Rio Tibagi	Concepa	Rio Guaíba	Concer	Rio Bonito	Convale	Rio Paraíba	Ecovale
Ativo circulante	17.802	5.334	20.797	3.536	22.854	401	50	-	-
Ativo não circulante	296.019	34.981	331.473	1.320	646.128	5.219	14.950	-	-
Total do ativo	313.821	40.315	352.270	4.856	668.982	5.620	15.000	-	-
Passivo circulante	37.999	33.377	84.360	1.743	108.693	2.223	1	400	-
Passivo não circulante (i)	171.150	30	175.517	44	132.203	1.006	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	104.672	6.908	92.393	3.069	428.086	2.391	14.999	(400)	-
Total do passivo e patrimônio líquido	313.821	40.315	352.270	4.856	668.982	5.620	15.000	-	-
Receita operacional líquida	186.498	40.468	247.181	44.712	294.641	45.364	-	-	-
Custo dos serviços prestados	(114.155)	(21.834)	(186.592)	(10.818)	(203.121)	(20.795)	-	-	-
Lucro líquido	72.343	18.634	60.589	33.894	91.520	24.569	-	-	-
Despesas operacionais, líquidas	(12.518)	(2.100)	(12.305)	(1.413)	(27.479)	(2.077)	(23)	(2)	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	59.825	16.534	48.284	32.481	64.041	22.492	(23)	(2)	(7)
Resultado financeiro, líquido	(9.826)	(149)	(26.623)	(36)	(12.903)	(135)	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	49.999	16.385	21.661	32.445	51.138	22.357	(23)	(2)	(7)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Correntes	(17.005)	(3.196)	(12.642)	(1.695)	(28.097)	(1.934)	-	-	-
Diferidos	779	-	6.711	-	10.193	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	33.773	13.189	15.730	30.750	33.234	20.423	(23)	(2)	(7)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

**b) Segmento portuário**

	Portonave	Iceport	Teconave	Maris Gaudium	Starpport
Ativo circulante	89.518	31.477	2.587	-	-
Ativo não circulante	1.617.223	14.418	22.669	-	-
Total do ativo	1.706.741	45.895	25.256	-	-
Passivo circulante	188.582	45.230	3.186	-	-
Passivo não circulante (i)	115.361	1.325	84	-	-
Patrimônio líquido (i)	902.798	(660)	21.986	-	-
Total do passivo e patrim. líquido	1.706.741	45.895	25.256	-	-
Receita operacional líquida	233.775	109.192	40.605	-	-
Custo dos serviços prestados	(159.849)	(110.901)	(10.709)	-	-
Lucro (prejuízo) bruto	73.926	(1.709)	29.896	-	-
Despesas operacionais, líquidas	(13.731)	(3.727)	(3.824)	(57)	(3)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	60.195	(5.436)	26.072	(57)	(3)
Resultado financeiro, líquido	(49.714)	(227)	(22)	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	10.481	(5.663)	26.050	(57)	(3)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-
Correntes	(18.697)	-	(4.664)	-	-
Diferidos	16.945	1.413	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	8.729	(4.250)	21.386	(57)	(3)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

**c) Energia e outros**

	Rio Claro	TNE	Tucano	Retirinho	Guariroba	Estrela	Taboca
Ativo circulante	437	848	30	-	1	-	-
Ativo não circulante	1.946	3	7.686	393	1.843	1.050	1.351
Total do ativo	2.383	851	7.716	393	1.844	1.050	1.351
Passivo circulante	2.476	70	9	-	-	-	-
Passivo não circulante (i)	-	21	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido (i)	(93)	760	7.707	393	1.844	1.050	1.351
Total do passivo e patrimônio líquido	2.383	851	7.716	393	1.844	1.050	1.351
Despesas operacionais, líquidas (ii)	(97)	(232)	(209)	(7)	(27)	(72)	(29)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(97)	(232)	(209)	(7)	(27)	(72)	(29)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(97)	(232)	(209)	(7)	(27)	(72)	(29)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(97)	(232)	(209)	(7)	(27)	(72)	(29)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

**d) Serviços de cabotagem**

	Maestra	Maestra LLP	Vessel Log	NTL	Trevally
Ativo circulante	7.728	21.539	18.573	26.720	1
Ativo não circulante	160.870	40.180	161.909	125.056	-
Total do ativo	167.158	61.719	180.482	151.776	1
Passivo circulante	32.392	142	35.983	47.343	-
Passivo não circulante (i)	148.755	-	174.707	150.640	-
Patrimônio líquido (i)	(13.269)	-	61.577	(30.208)	(46.207)
Total do passivo e patrim. líquido	167.878	61.719	180.482	151.776	1
Receita operacional líquida	5.981	16.337	51.951	60.300	-
Custo dos serviços prestados	-	-	(98.086)	(120.017)	-
Lucro (prejuízo) bruto	5.981	16.337	(46.135)	(59.717)	-
Despesas operacionais, líquidas (ii)	(3.527)	(2.549)	1.478	1.465	(4)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	9.508	13.788	(44.657)	(58.252)	(4)
Resultado financeiro, líquido	(19.144)	-	(17.230)	(13.971)	-
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(9.636)	-	(17.230)	(13.971)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-
Diferidos	3.121	-	20.937	24.556	-
Lucro (prejuízo) do período	(6.515)	-	(40.950)	(47.667)	(4)

(i) Os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital nas controladas, registrados no passivo não circulante, foram reclassificados para o patrimônio líquido.

(ii) As investidas em fase de implantação tiveram seus gastos pré-operacionais registrados no grupo "Despesas operacionais, líquidas de outras receitas" devido à eliminação do grupo "Ativo diferido", no ativo não circulante, e da impossibilidade em reconhecer esses gastos em outros grupos do ativo.

vida útil-econômica estimada dos bens. Os juros implícitos no passivo reconhecido de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

**g) Imobilizado**  
É apresentado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas apuradas de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens. Os encargos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos destinados à construção de bens do imobilizado são apropriados aos custos dos bens do imobilizado em construção até a entrada em operação e início da geração de receita, sendo amortizados proporcionalmente à realização desses bens. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado. As controladas Rio Verde e Portonave optaram por efetuar os ajustes ao custo atribuído ("deemed cost"), na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, de certos bens do seu ativo imobilizado, conforme determinação do ICPC 10, assim como efetuaram a revisão da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado.

**h) Intangível**  
Ativos intangíveis são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição ou construção e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável quando aplicável. Os ágios gerados nas aquisições de investimentos ocorridas até 31 de dezembro de 2008, que têm como fundamento econômico: (i) a expectativa de rentabilidade futura, foram amortizados de forma linear pelos prazos de 5 a 10 anos contados desde as datas das transações que os originaram até 31 de dezembro de 2008; e (ii) a aquisição do direito de exploração da concessão, estão sendo amortizados pelo prazo remanescente da concessão, conforme previsto na Instrução Normativa CVM nº 247/96. A partir de 1º de janeiro de 2009 os saldos dos ágios fundamentados na expectativa de rentabilidade futura passaram a ser submetidos ao teste para análise de perdas dos seus valores recuperáveis, portanto não são mais amortizados. Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias e aeroportos) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo. As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito adicional de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. O ativo intangível que foi reconhecido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 representa o ativo imobilizado registrado desde o início das concessões rodoviárias, o qual está demonstrado ao custo de aquisição.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis de concessões de rodovias e de aeroportos é com base nas curvas de tráfego e de passageiros/cargas projetadas até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estarão alinhadas e reconhecidas consistentemente durante o prazo de concessão. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis que fluirão para a companhia e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**Custos de pesquisa e desenvolvimento**  
Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos e os gastos com desenvolvimento de novos projetos são capitalizados, se tiverem viabilidade econômica, transferidos para o custo final do bem e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

**Contratos de concessão – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)**  
Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento dos investimentos da Companhia à norma: a) o poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e b) o poder concedente controla – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para as concessionárias de rodovias e de aeroportos, a Companhia entende que os dois requisitos são atendidos para a aplicação do ICPC 01. Já em relação às geradoras de energia e o porto, os mesmos estão fora da aplicação do ICPC 01, pois ambos não se enquadram ao item (a) anterior. **Contratos de concessão – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)**  
A infraestrutura dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse de infraestrutura para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

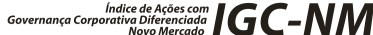
Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01 não prevêem pagamentos pelo serviço de construção, por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de cobrar pedágio dos

# Triunfo PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

**TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.**

CNPJ/MF 03.014.553/0001-91 | Rua Olimpíadas, 205 – 14º andar – conj. 142/143 – São Paulo-SP | www.triunfo.com



**... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revertidos a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

**Impostos sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

## m) Instrumentos financeiros

### (i) Ativos financeiros

**Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia e suas controladas não designaram nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretendem negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia e suas controladas não estiverem em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção de administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia e suas controladas podem optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, dispositivos para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Derivativos embutidos em contratos principais são contabilizados como derivativos separados quando os seus riscos e características econômicas não são intimamente relacionados com aqueles dos contratos principais e os mesmos não forem contabilizados a valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver uma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos. A Companhia não mantém contratos com derivativos embutidos.

**Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determinísticos em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são registrados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

**Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia e suas controladas tiverem manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

**Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento não é reconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas acumulados anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre instrumentos patrimoniais disponíveis para a venda são reconhecidos no resultado quando o direito de recebimento da Companhia e suas controladas forem estabelecidos.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Não há variação de valor justo não realizado de investimentos disponíveis para venda em 2012 e 2011.

**Não reconhecimento (baixa)**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia e suas controladas transferiram os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebíveis, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia e suas controladas tiverem transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia e suas controladas com o ativo.

Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia e suas controladas mantiverem.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia e suas controladas, dos dois o menor.

**(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas avaliam suas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. A Companhia e suas controladas não identificaram evidências de perdas em ativos financeiros nas datas dos balanços.

**Ativos financeiros ao custo amortizado**

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas inicialmente avaliam individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia e suas controladas concluírem que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia e suas controladas. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

**Investimentos financeiros disponíveis para venda**

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia e suas controladas avaliam se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significante e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil. Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada é mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido anteriormente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração de resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada sobre o valor justo do ativo.

Quando o investimento não é reconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas acumulados anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre instrumentos patrimoniais disponíveis para a venda são reconhecidos no resultado quando o direito de recebimento da Companhia e suas controladas forem estabelecidos.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Não há variação de valor justo não realizado de investimentos disponíveis para venda em 2012 e 2011.

**Não reconhecimento (baixa)**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia e suas controladas transferiram os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebíveis, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia e suas controladas tiverem transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia e suas controladas com o ativo.

Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia e suas controladas mantiverem.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia e suas controladas, dos dois o menor.

**(iii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas avaliam suas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. A Companhia e suas controladas não identificaram evidências de perdas em ativos financeiros nas datas dos balanços.

**Ativos financeiros ao custo amortizado**

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia e suas controladas inicialmente avaliam individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia e suas controladas concluírem que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia e suas controladas. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

**Investimentos financeiros disponíveis para venda**

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia e suas controladas avaliam se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significante e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil. Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada é mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido anteriormente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração de resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada sobre o valor justo do ativo.

Quando o investimento não é reconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas acumulados anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre instrumentos patrimoniais disponíveis para a venda são reconhecidos no resultado quando o direito de recebimento da Companhia e suas controladas forem estabelecidos.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Não há variação de valor justo não realizado de investimentos disponíveis para venda em 2012 e 2011.

**Não reconhecimento (baixa)**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia e suas controladas transferiram os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebíveis, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia e suas controladas não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiram o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia e suas controladas tiverem transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia e suas controladas com o ativo.

Nesse caso, a Companhia e suas controladas também reconhecem um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia e suas controladas mantiverem.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia e suas controladas, dos dois o menor.

**(iv) Instrumentos financeiros – Apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de intercessão); a referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritas na nota explicativa nº 30.

**n) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

**Compromissos de Arrendamento Mercantil Operacional – Companhia e suas controladas como Arrendatária**

A Companhia e suas controladas determinaram, com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que assumem todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens e, desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis operacionais.

**Participações a comercializar e operações descontinuadas**

A Administração da Companhia decidiu vender as subsidiárias do segmento de geração de energia elétrica, Rio Verde e Rio Canoas, assim, os investimentos nessas controladas foram classificados como Participações a Comercializar, nas demonstrações financeiras da controladora, e como Operações Descontinuadas, nas demonstrações financeiras consolidadas. A Administração da Companhia considerou que as controladas satisfizeram os critérios para serem classificadas como mantidas para venda na referida data pelos seguintes motivos:

- A Rio Verde e a Rio Canoas estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendida a um potencial comprador no seu estado atual.
- A Administração da Companhia tem um plano para a venda da Rio Verde e da Rio Canoas, com negociações avançadas com potencial comprador. Outros potenciais compradores foram identificados, caso as negociações com o primeiro potencial comprador não resultem em venda.
- A Administração da Companhia espera que as negociações sejam finalizadas, e a venda concluída até final do primeiro semestre de 2013.

Maiores detalhes estão descritas na nota explicativa nº 10.

**Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

**Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização, com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investido em atividades futuras significativas que melhorem a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

**Amortização do ativo intangível**

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo dos prazos de concessões da rodovia e do aeroporto, tendo sido adotadas as curvas de tráfego e passageiros/cargas estimadas como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados de tráfego das rodovias e de movimentação de passageiros/cargas do aeroporto e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego e de passageiros/cargas, que são periodicamente reavaliados pela Administração.

**Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor de impostos de renda e tributários de imposto de renda em aspectos de relacionamento dos de jure e de jure internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e de suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

**Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**o) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo devem ser ajustados pelo seu valor presente. O mesmo é aplicado aos itens de curto prazo quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Os saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures, contratos de mútuo ou outras contas com partes relacionadas e outras obrigações de longo e de curto prazo referem-se substancialmente a itens sujeitos a variações pós-fixadas, tem seus valores atualizados periodicamente, sendo apresentados pelo seu valor em moeda na data da elaboração das demonstrações financeiras. Na avaliação da Administração da Companhia não há ajustes significativos nas demonstrações financeiras.

**p) Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

**q) Participação em Joint Ventures (Controladas em conjunto)**

A Companhia mantém participação em joint venture, na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto de várias atividades da Companhia. A Companhia reconhece sua participação na joint venture utilizando a consolidação proporcional. A Companhia combina sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da joint venture, linha por linha, nas suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras da joint venture são preparadas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Os ajustes são efetuados, quando necessário, para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.

Ajustes são efetuados nas demonstrações consolidadas da Companhia com o objetivo de eliminar a participação desta nos saldos inorgânicos, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados sobre transações entre a Companhia e sua joint venture. Perdas em transações são reconhecidas imediatamente se a perda for proveniente de redução do valor realizável de ativos. A joint venture é proporcionalmente consolidada até a data em que a Companhia deixe de exercer controle conjunto.

Quando ocorrer perda de controle conjunto, e contanto que esta investida não se torne controlada ou coligada, a Companhia passa a mensurar esse investimento a valor justo a partir de então. No momento da perda de controle conjunto, será reconhecida na demonstração do resultado qualquer diferença entre o valor contábil da antiga joint venture e o valor justo do investimento, bem como eventuais resultados da venda da joint venture. Quando o investimento remanescente mantiver influência significativa, será contabilizado como investimento em uma coligada, conforme descrito anteriormente.

**r) Transações envolvendo pagamentos em ações**

Funcionários (inclusive executivos sênior) da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no preço de mercado das ações no momento da entrega da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrim

**... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)**

	2012			2011		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Outros:						
Concepa	33	-	393	31	-	374
Outros	-	100	-	-	101	-
Total do circulante	44.481	34.967	(3.904)	24.942	39.070	(3.194)
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	18.728	-	7.240	48.568	-	7.774
NTL (iii)	28.907	-	3.175	22.372	-	3.607
Vessel (iv)	9.733	-	233	-	-	-
Maestra (v)	14.961	-	1.431	-	-	13
Vetorial (vi)	241	-	23	216	-	1
Outros:						
Maestra (vii)	5.486	-	5.486	-	-	-
NTL (viii)	984	-	984	-	-	-
Vassaló (vii)	3.118	-	3.118	-	-	-
Outros	3.602	-	-	234	-	28
Total do não circulante	85.760	-	21.690	71.390	-	11.423
Total	130.241	34.967	17.786	96.332	39.070	8.229

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (ii) Mútuo referente a captações da Portonave com a Triunfo, atualizado por variação do dólar norte-americano mais 5,7452% a.a., equivalente a taxa ajustada com o acionista estrangeiro da Portonave, a fim de evitar a desqualificação da participação dos sócios.
- (iii) Mútuo referente a captações da NTL com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iv) Mútuo referente a captações da Vessel-Log com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (v) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (vi) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (vii) Saldos a receber da Companhia pela prestação de garantia fidejussória através de contratos de remuneração firmados com as controladas NTL, Vessel e Maestra em 2012.
- Os principais contratos firmados em 2012 entre as concessionárias de rodovia e empresas de serviço são: (i) conservação, recuperação e manutenção de rodovias, incluindo obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio; (ii) atendimento a incidentes (recolimento de animais e limpeza de pistas); (iii) operação de gerenciamento das "casas do motorista"; (iv) operação de sistema de pesagem; (v) apoio ao controle de tráfego; (vi) atendimento pré-hospitalar; (vii) socorro mecânico (resgate e guincho); (viii) inspeção e fiscalização de tráfego e (ix) operação dos sistemas de arrecadação das praças de pedágio.

	2012			2011		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Dividendos a receber:						
Rio Verde	15.085	-	-	2.736	-	-
Prestação de serviço:						
BR-040 (Concer) (i)	-	1.009	-	-	534	-
CTSA (Portonave) (i)	-	94	-	-	262	-
CTSA (Econorte) (i)	-	4.948	-	-	-	-
Consórcio Construtor Viracopos (i)	-	12.157	-	-	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (i)	-	3.881	-	-	3.539	-
Mútuos financeiros:						
Portonave (ii)	-	1.051	-	-	1.252	-
Outros:						
Outros	-	4.795	-	-	2	-
Total do circulante	15.085	27.935	-	2.736	5.589	-
Mútuos financeiros:						
NTL (iii)	11.352	-	1.300	9.284	-	1.497
Vessel (iv)	3.822	-	91	-	-	-
Vetorial (v)	241	-	23	216	-	1
Maestra (vi)	5.875	-	581	-	-	-
Outros:						
Vétria (vii)	11.035	-	-	-	-	-
Maestra (viii)	2.154	-	2.154	-	-	-
NTL (viii)	386	-	386	-	-	-
Vessel (viii)	1.224	-	1.224	-	-	-
Consórcio Construtor Viracopos	778	-	-	-	-	-
Outros	4.459	-	-	142	-	-
Total do realizável a longo prazo	41.326	-	5.759	9.642	-	1.498
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Econorte) (ix)	-	-	31.282	-	-	23.653
CTSA (Rio Canoas) (x)	26.714	-	-	31.985	-	-
Consórcio TRS (Concepa) (ix)	68.040	-	39.411	41.627	-	27.910
Total do não circulante	83.125	27.935	39.411	44.363	5.589	27.910

- (i) As Concessionárias de Rodovias, a Portonave e a Aeroportos Brasil Viracopos contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através dos Consórcios Construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias, do porto e do aeroporto. Os preços e as quantidades das obras realizadas em rodovias e no aeroporto estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e as obras e os serviços previstos no Contrato de Concessão são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) A Triunfo e a Backmon, acionistas da Portonave, possuem mútuos com essa investida. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores.
- (iii) A Triunfo e a NTL possuem um mútuo entre elas. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores.
- (iv) A Triunfo e a Vessel possuem um mútuo entre elas. Os saldos das remessas efetuadas pelos sócios quando não equivalentes não são eliminados na consolidação, o montante da diferença entre as remessas é registrado como ativo quando credores e passivo quando devedores.
- (v) Mútuo referente a captações da Vetorial com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 1,0% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (vi) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,3757% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (vii) Saldo correspondente a aportes realizados pela Companhia para a coligada Vétria
- (viii) Valores referentes ao Contrato de remuneração pela prestação de garantia fidejussória da Companhia para as controladas NTL, Vessel e Maestra firmado em 2012 entre a Companhia e suas controladas.
- (ix) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (x) Esse saldo corresponde a adiantamentos para construção da UHE Garibaldi e está classificado no saldo do Ativo Imobilizado.

**10 Participações a comercializar e operações descontinuadas**

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a) iii), em 31 de dezembro de 2012, os investimentos nas controladas Rio Verde e Rio Canoas encontram-se destinados a venda, sendo os investimentos, Rio Verde no montante de R\$ 236.435 (R\$ 260.544 em 31 de dezembro de 2011), e Rio Canoas no montante de R\$ 339.209, apresentados no quadro abaixo, classificados na rubrica "Participações a comercializar" nas demonstrações financeiras da controladora. Os totais dos ativos e passivos das controladas Rio Verde e Rio Canoas foram segregados entre "Ativos e Passivos de Operações Descontinuadas" e o resultado reclassificado para o resultado de "Operações Descontinuadas" para fins das demonstrações financeiras consolidadas, conforme CPC 31 (IFRS 5).

	Participações a comercializar		
	Participação (%)	31/12/12	31/12/11
Capital Social	99,99	130.000	130.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	100	-	30.428
Ajuste de avaliação patrimonial	100	86.201	89.701
Reserva de lucros	100	20.234	10.415
<b>Total Rio Verde</b>		<b>236.435</b>	<b>260.544</b>
Capital Social	99,99	300.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	100	40.324	-
Prejuízo acumulado	100	(1.115)	-
<b>Total Rio Canoas</b>		<b>339.209</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>		<b>575.644</b>	<b>260.544</b>

A equivalência patrimonial calculada neste período para os investimentos destinados à venda na Rio Verde foi de R\$18.948 e na Rio Canoas foi de R\$ (404). Ainda em atendimento a Instrução CVM nº 247/96 e CPC 31 (IFRS 5), os saldos das principais contas dos balanços patrimoniais, das demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão apresentados a seguir:

	2012		2011	
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Rio Verde
<b>Balancos Patrimoniais de operações descontinuadas</b>				
<b>Ativos</b>				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.301	9.849	11.150	248
Aplicações financeiras vinculadas	12.201	-	12.201	17.625
Contas a receber	9.452	-	9.452	9.230
Adiantamentos a fornecedores	-	19.791	19.791	-
Impostos a recuperar	8.001	761	8.762	8.007
Despesas antecipadas	313	1.067	1.380	268
Outros créditos	3.195	-	3.195	542
Total do ativo circulante	34.463	31.468	65.931	35.920
Ativo não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.909	-	3.909	4.017
Impostos a recuperar	8.001	-	8.001	16.001
Despesas antecipadas	-	897	897	-
Imobilizado	570.892	702.460	1.273.352	592.966
Intangível	68	19.112	19.180	47
Total do ativo não circulante	582.870	722.469	1.305.339	613.031
<b>Total do ativo</b>	<b>617.333</b>	<b>753.937</b>	<b>1.371.270</b>	<b>648.951</b>
<b>Passivo</b>				
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos	18.211	-	18.211	22.056
Fornecedores	2.754	27.994	30.748	1.129
Salários e encargos sociais	594	185	779	148
Obrigações fiscais	5.328	758	6.086	3.744
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.795	-	4.795	3.910
Dividendos a pagar	8.388	-	8.388	2.458
Juros sobre capital próprio	5.692	-	5.692	-
Outras obrigações	8.749	5.126	13.875	4.406
Total do passivo circulante	54.511	34.063	88.574	37.851
Empréstimo e financiamentos	281.953	276.278	558.231	304.259
Debêntures	-	104.387	104.387	-
Imposto de renda e contribuição social	44.406	-	44.406	46.209
Outras obrigações	28	-	28	88
Total do passivo não circulante	326.387	380.665	707.052	350.556
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	130.000	300.000	430.000	130.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	86.201	40.324	40.324	30.428
Ajuste de avaliação patrimonial	20.234	(1.115)	86.201	17.415
Reserva de lucros	236.435	339.209	575.644	260.544
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>617.333</b>	<b>753.937</b>	<b>1.371.270</b>	<b>648.951</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>617.333</b>	<b>753.937</b>	<b>1.371.270</b>	<b>648.951</b>
<b>Demonstração do resultado de operações descontinuadas</b>				
Receita operacional líquida	103.705	-	103.705	91.365
<b>Custos operacionais</b>				
Operação de energia	(12.631)	-	(12.631)	(9.533)
Custo com pessoal	(1.163)	-	(1.163)	(758)
Depreciação	(22.699)	-	(22.699)	(22.590)
Obrigações da Concessão	(12.247)	-	(12.247)	(12.226)
<b>Total dos custos operacionais</b>	<b>(48.740)</b>	<b>-</b>	<b>(48.740)</b>	<b>(45.107)</b>
Lucro operacional bruto	54.965	-	54.965	46.258
<b>Despesas operacionais, líquidas</b>				
Salários e encargos sociais	(1.681)	(391)	(2.072)	(1.170)
Administradores	(132)	(504)	(636)	(410)
Administrativas	(3.646)	(876)	(4.522)	(2.535)
Depreciação e amortização	(146)	(74)	(220)	(126)
Outras receitas e despesas	(712)	-	(712)	(539)
<b>Total das despesas operacionais, líquidas</b>	<b>(6.317)</b>	<b>(1.845)</b>	<b>(8.162)</b>	<b>(4.780)</b>
Lucro operacional, antes do resultado financeiro	48.648	(1.845)	46.803	41.478

	2012		2011	
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Rio Verde
<b>Resultado financeiro</b>				
Receitas financeiras	1.576	1.496	3.072	1.524
Despesas financeiras	(24.462)	(55)	(24.517)	(29.631)
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(22.886)</b>	<b>1.441</b>	<b>(21.445)</b>	<b>(28.107)</b>
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	25.762	(404)	25.358	13.371
Imposto de renda e contribuição social corrente	(8.511)	-	(8.511)	(7.126)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.697	-	1.697	2.016
Lucro líquido do período	18.948	(404)	18.544	8.261
Lucro por ação básico e diluído – R\$	0,2684	(0,0013)	-	0,1170

	2012		2011	
	Rio Verde	Rio Canoas	Combinado	Rio Verde
<b>Fluxos de Caixa de operações descontinuadas</b>				
<b>Atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do período	18.948	(404)	18.544	8.261
<b>Ajustes por itens que não afetam o caixa</b>				
Depreciação	22.837	75	22.912	22.716
Amortização	1.9	-	1,9	981
Juros sobre empréstimos e financiamentos	23.436	24.885	48.321	21.938
Provisão para devedores duvidosos	-	-	-	948
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.697)	-	(1.697)	(2.016)
Variação no ativo e passivos	50	-	50	222
Contas a receber de clientes	(222)	-	(222)	(589)
Impostos a recuperar	8.006	-	8.006	8.061
Adiantamento a fornecedores	-	4.725	-	4.725
Reclassificação de créditos tributários do ativo imobilizado	-	-	-	-
Outros variações no ativo	2.726	217	2.943	(3.358)
Fornecedores	1.628	5.611	7.239	(696)
Obrigações sociais	445	91	536	(9)
Obrigações fiscais	1.584	576	2.160	(1.673)
Imposto de renda e contribuição social correntes	883	-	883	1.958
Outras obrigações	444	(7.909)	(7.465)	4.774
Dividendos a pagar	5.332	-	5.332	2.458
JSCP a pagar	5.692	-	5.692	-
Arrendamento mercantil	-	-	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	90.098	26.242	116.340	63.982
<b>Atividades de investimentos</b>				
Aquisição de bens do imobilizado	(813)	(452.771)	(453.584)	(373)
Aquisição de bens do intangível	(30)	(7.672)	(7.702)	(386)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(843)	(460.443)	(461.286)	(759)
<b>Atividades de financiamento</b>				
Integralização de capital				

**... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)**

(ii) As construções/aquisições ocorridas na rubrica de Outros referem-se substancialmente aos leasings de contêineres, no montante de R\$19.452, que serão utilizados para prestação de serviço de cabotagem.

(iii) Conforme descrito na nota explicativa nº 1 a v) a Companhia alterou sua participação no negócio de cabotagem de 58,50% para 60,73%, resultando no aumento da conta pela consolidação proporcional.

(iv) As transferências ocorridas referem-se a destinação à venda da controlada Rio Canoas no montante de R\$ 251.925 e pelo tratamento pelo MEP e não mais consolidação da controlada Vetría e TPB no montante de R\$ 70.424.

**Custo atribuído ("Deemed Cost")**

	Ativos do porto – Portonave	Camara Frigorífica – Portonave	UHE Salto – Rio Verde (*)	Total ajuste ao custo atribuído	IR diferido passivo (Nota 19)	UHE Salto – Rio Verde (*)	Ajuste avaliação patrimonial (Patrimônio Líquido)
	687.895	5.484	143.194	836.573	284.436	–	552.137
	–	–	(143.194)	(143.194)	(48.686)	–	433
	–	–	–	–	(33.182)	–	(69.399)
	(95.427)	(2.165)	–	(97.592)	(4.989)	–	482.738
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>592.468</b>	<b>3.319</b>	<b>–</b>	<b>595.787</b>	<b>202.568</b>	<b>(4.989)</b>	<b>–</b>
Depreciação do período	(39.484)	(2.263)	–	(41.747)	(14.194)	(3.500)	(31.053)
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>552.984</b>	<b>1.056</b>	<b>–</b>	<b>554.040</b>	<b>188.374</b>	<b>(8.489)</b>	<b>451.685</b>

(\*) Estes ativos não estão consolidados conforme nota 10.

As controladas Rio Verde e Portonave adotaram a opção de avaliar seus ativos imobilizados ao custo atribuído de acordo com ICP10 e CPC 37.

Os bens de ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

A companhia não segregava valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

A baixa de um item do ativo imobilizado ocorre quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado.

**14 Intangível**

	Controladora						Total Controladora
	Econorte (I)	Vessel	Esparta – Rio Gualiba	Concepa (III)	Portonave (II)	Desenvolvimento de projetos (IV)	
<b>Custo</b>	41.476	114	267	4.028	–	37.649	83.967
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	41.476	114	267	4.028	–	37.649	83.967
Adições	–	–	–	–	–	130	130
Baixas	–	–	–	–	–	(154)	(180)
Transferência	–	–	–	–	78.448	(3.750)	74.698
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>41.476</b>	<b>114</b>	<b>267</b>	<b>4.028</b>	<b>78.448</b>	<b>47.009</b>	<b>171.879</b>
<b>Amortização</b>	–	–	–	–	–	–	–
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	(18.220)	–	(57)	–	–	–	(18.277)
Amortização	(2.354)	–	(39)	–	–	–	(2.393)
Baixas	–	–	–	–	–	–	–
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>(20.574)</b>	<b>–</b>	<b>(96)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(20.670)</b>
<b>Valor residual líquido</b>	23.256	114	210	4.028	–	37.649	65.456
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	20.902	114	171	4.028	78.448	47.009	150.926
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	2.682	114	210	4.028	78.448	47.009	150.926
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	20%

	Consolidado						Total Controladora
	Total Controladora	Ativos de concessão de Rodovias (v)	Ativos de concessão de aeroportos (viii)	Linhas de Transmissão (vi)	Ágio na aquisição da Portonave (ii)	Outros Intangíveis (vii)	
<b>Custo</b>	83.967	1.626.474	594.446	2.663	135.292	37.140	1.885.536
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	83.967	1.626.474	594.446	2.663	135.292	37.140	1.885.536
Adições	13.394	148.230	–	–	–	14.229	770.299
Baixas	(180)	(1.647)	–	–	–	(4)	(1.831)
Transferência	74.698	2.842	–	–	(135.292)	(32.595)	(90.347)
Ganho no aumento de participação (viii)	–	–	–	–	–	14	14
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>171.879</b>	<b>1.775.899</b>	<b>594.446</b>	<b>2.663</b>	<b>–</b>	<b>18.784</b>	<b>2.563.671</b>
<b>Amortização</b>	–	–	–	–	–	–	–
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	(18.511)	(678.701)	–	(206)	(16.431)	(124)	(713.973)
Amortização	(2.468)	(61.679)	(698)	(176)	–	(88)	(65.109)
Amortização – mais valia	–	(60.218)	–	–	–	–	(60.218)
Baixas	26	1.498	–	–	–	–	1.524
Transferência	–	–	–	–	16.431	8	16.439
Ganho no aumento de participação (viii)	–	–	–	–	–	(4)	(4)
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	<b>(20.953)</b>	<b>(799.100)</b>	<b>(698)</b>	<b>(382)</b>	<b>–</b>	<b>(208)</b>	<b>(821.341)</b>
<b>Valor residual líquido</b>	65.456	947.773	–	2.457	118.861	37.016	1.171.563
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	150.926	976.799	593.748	2.281	–	18.576	1.742.330
<b>Saldo em 31/12/2012</b>	–	(**)	(*)	4% a 10%	–	–	–

(\*) Amortização pelo prazo de concessão.  
(\*\*) Amortização pela curva de tráfego projetado até o final do prazo de concessão.

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% na Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em junho de 2007 a Triunfo adquiriu, através das holdings Starport e Maris Gaudium, a participação adicional de 33,3% na Portonave. Os ágios estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura da Portonave, sendo amortizados linearmente pelo prazo de dez e de seis anos, respectivamente, de acordo com o laudo de avaliação e projeções financeiras da Portonave, até 31 de dezembro de 2008, conforme requerido pela Instrução CVM nº 247/96, sendo submetido ao teste de recuperabilidade de ativos. A partir de 1º de janeiro de 2009 foi suspensa a amortização, conforme CPC 02, permanecendo apenas a aplicação do teste de recuperabilidade exigido pelo CPC 01. Em 2 de dezembro de 2009, os investimentos na controladas Maris Gaudium e Starport, incluindo os saldos não amortizados dos ágios, foram transferidos para a TPI-LOG pelos valores contábeis avaliados conforme laudos elaborados por especialistas contratados. Em 30 de junho de 2010, a Triunfo reconheceu como ágio o montante de R\$11.969 corrigido monetariamente referente ao pagamento da última parcela da aquisição das ações da Maris Gaudium que pertenciam a AEL Assessoria e Administração de Empresas conforme contrato de compra e venda de ações de 05 de junho de 2007 e 3º aditivo contratual de 01 de dezembro de 2009. Em 29 de setembro de 2012, a controlada TPI-Log foi cindida parcialmente, com a incorporação da parcela cindida pela Maris Gaudium e Starport. Em 30 de setembro de 2012 as controladas Maris Gaudium e Starport foram incorporadas pela controlada Portonave e extintas. Ambos os processos tiveram como base laudos elaborados por especialistas contratados. Como resultado, a TPI-Log permaneceu com 16,67% de participação na Portonave S.A. enquanto que a TPI passou a deter os 33,33% que pertenciam às sociedades extintas. A parcela cindida incluía o ágio pago na aquisição da Portonave, no montante de R\$118.861. No processo de incorporação, o montante de R\$40.413 (R\$20,207 valor proporcional à participação da Companhia) foi alocado à Portonave, enquanto o montante de R\$78.448 foi transferido à Companhia.
- (iii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% na Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, que será amortizado proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até junho de 2017. Em 1 de março de 2010, a Esparta transferiu o ágio para Concepa na aquisição da participação através de laudo de cisão parcial elaborado por especialistas contratados. Em 25 de junho de 2010, a Triunfo efetuou a incorporação do acervo da Esparta, através de laudo de incorporação elaborado por especialistas contratados.
- (iv) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos rodoviário, portuário e de geração de energia. Esses gastos farão parte do custo dos ativos em construção a serem amortizados de acordo com as suas vidas úteis estimadas, após o início de suas operações.
- (v) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICP10.
- (vi) Estão representados exclusivamente pelos gastos relativos à implantação de uma linha de transmissão de energia elétrica, que foi construída pela controlada Portonave com base no Termo de Compromisso de 18 de janeiro de 2007, firmado com a CELESC Distribuição S.A., visando o benefício econômico pela melhor operacionalização das atividades portuárias na captação de energia elétrica. Conforme reunião de mediação administrativa, ocorrida na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em 20 de setembro de 2009, a controlada Portonave aceitou receber o montante de R\$17.436 (R\$8.718 proporcional à participação da Companhia) da Celesc Distribuição, em 15 vezes, sem correção mediante compensação das faturas mensais, com

complementação dos valores adicionais pagas em moeda corrente, caso o valor da parcela seja superior ao da fatura, relativo ao ressarcimento pela participação financeira de consumidor em instalação de transmissão. Por fim, o montante de R\$5.771 (R\$2.886 proporcional à participação da Companhia), relativo a uma subestação de energia que compunha a linha de transmissão foi, através do acordo, reclassificada para o ativo imobilizado. O saldo remanescente da linha de transmissão continuará sendo amortizado pelo tempo estimado de recuperabilidade do investimento.

(vii) Refere-se basicamente aos gastos com desenvolvimento de projetos nos segmentos portuários, com as controladas Portonave, MaNav e Moss, que são parte do custo de desenvolvimento de novos ativos a serem amortizados quando estes entrarem em operação. As transferências ocorridas referem-se a destinação à venda da controlada Rio Canoas no montante de R\$ 9.277 e pelo tratamento pelo MEP e não mais consolidação da controlada Vetría no montante de R\$ 23.310.

(viii) Ativos referentes ao direito de concessão do aeroporto amortizável durante o prazo de concessão pela curva WLU (work load unit, em inglês, que corresponde a medida padrão da indústria aeronáutica na qual uma unidade equivale a 1 passageiro ou 100 kg de carga). As adições do período referem-se a investimentos feitos no aeroporto no montante de R\$ 322.433 (R\$ 73.998 valor proporcional à participação da Companhia) e o registro do direito de exploração do aeroporto no montante de R\$ 2.267.749 (R\$ 520.448 valor proporcional à participação da Companhia) cuja contrapartida foi registrada na rubrica de " Obrigações contrato de concessão".

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de impairment anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual de 2013 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no período.

**15 Obrigações contrato de concessão**

As controladas Econorte, Concepa e Concer registram provisão para manutenção das rodovias, conforme quadro abaixo, trazido a valor presente à taxa de 11,51% ao ano. A taxa utilizada refere-se ao custo médio ponderado de capital das controladas.

A controlada em conjunto Aeroportos Brasil S.A. – Viracopos registrou outorga a pagar para a União decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da sua concessão, trazido a valor presente à taxa de 4,18% ao ano. A taxa utilizada refere-se à remuneração do título do Tesouro Nacional NTN-B vencimento 2045 considerado como livre de risco.

	2012	2011
<b>Consolidado</b>	<b>34.920</b>	<b>32.401</b>
Econorte	1.451	1.451
Concepa	374	408
Aeroportos Brasil – Viracopos	531.863	–
	568.608	34.260
Parcela do circulante	39.615	7.547
Parcela do não circulante	528.993	26.713

**16 Empréstimos e financiamentos**

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	2012	2011
<b>Triunfo (controladora):</b>				
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Carta de fiança bancária	8,0% a.a	22.921	28.278
<b>Concepa:</b>				
Capital de giro – Banco Banif	Arrecadação de pedágio (recebíveis)	IGP-M + 11% a.a.	10.417	18.420
Capital de giro – Banco Santander	Sem aval	121,5% do CDI	9.587	8.092
Cédula de crédito bancário – Banco Votorantim	Arrecadação de pedágio (recebíveis)	128,5% do CDI	–	98.810
<b>Concer:</b>				
Financiamento de imobilizado – BNDES	Ações da Concer	UM BNDES + 6,625% a.a.	1.016	1.448
Financiamento de imobilizado – BNDES	Ações da Concer	TJLP + 6,625% a.a.	5.689	8.948
Financiamento de imobilizado – BNDES	Ações da Concer	TJLP + 4,65% a.a.	1.879	1.693
Financiamento de pré-investimento – FINEP	Aval da Companhia (Triunfo)	8,0% a.a.	5.374	6.429
Financiamento de imobilizado – FINAME – Banco Santander	Alienação fiduciária	7,0% a.a.	43	134
Financiamento de imobilizado – Banco Guanabara	Alienação fiduciária	18,15% a.a.	74	233
Conta garantida – Banco Santander	Sem aval	118,0% do CDI	42.496	18.956
<b>Econorte:</b>				
Conta garantida – Santander	Aval da Companhia (Triunfo)	2%a.a. + CDI	4.450	–
<b>Portonave:</b>				
Financiamento de imobilizado – GE Capital	Ações da Portonave, Iceptort e Teconnave	Varição Cambial + 5,7452% a.a.	–	85.546
<b>Iceptort:</b>				
ACC – Adiantamento de contrato de câmbio	Nota promissória	Varição Cambial + 0,93% a 2,5% a.a.	14.567	–
<b>Rio Gualiba:</b>				
Financiamento de imobilizado	Alienação fiduciária	13,0% a.a.	193	158
<b>Rio Bonito:</b>				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Sem aval	12,8% a.a.	180	217
Financiamento de imobilizado – Finame – Banco Bradesco	Alienação fiduciária	TJLP + 8% a.a.	241	470
Arrendamento mercantil – Banco Bradesco	Nota promissória	–	–	8
Financiamento de imobilizado – Finame – Banco Santander	Aval da Companhia (Triunfo)	11,7% a.a.	448	325
Financiamento de imobilizado – Banco Safra	Alienação fiduciária	15,7% a.a.	51	78
<b>Maestra:</b>				
Conta garantida – Banco Santander	Aval da Companhia (Triunfo)	126,5% do CDI	23.025	–
Conta garantida – Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	IPCA + 5,75% a.a.	18.738	–
Capital de giro – Banco Indusval	Aval da Companhia (Triunfo)	IPCA + 6% a.a.	9.137	–
<b>NTL:</b>				
Financiamento de imobilizado – BNDES/FMM	Alienação fiduciária	TJLP + 4,16% a.a.	10.533	10.635
Capita de giro – Banco Safra	Cessão fiduciária	1,9% a.m.	1.816	–
<b>Vessel:</b>				
Cédula de crédito bancário – Banco Votorantim	Alienação fiduciária	CDI + 2,7% a.a.	–	29.879
Capital de Giro – Banco Safra	Cessão fiduciária	1,9% a.m.	1.871	–
<b>Rio Canoas:</b>				
Financiamento de imobilizado – Banco Safra	Alienação fiduciária	13,22% a.a.	–	11.817
Financiamento de imobilizado – Finame – Banco Indusval	Aval da Companhia (Triunfo)	10,0% a.a.	–	3.091
Financiamento de imobilizado – BNDES	Alienação fiduciária, fiança e cessão fiduciária	TJLP + 2,34% a.a.	–	–
<b>Aeroportos Brasil – Viracopos:</b>				
Financiamento – BNDES	Carta fiança	TJLP + 2,4% a.a.	11.001	–
			195.747	333.665
			114.041	118.331
			81.706	215.334

	Ano	Controladora	Consolidado
Parcela do circulante	2014	4.509	50.757
Parcela do não circulante	2015	4.509	11.207
	2016	4.509	6.327
	2017	4.509	6.327
	Após 2017	307	7.088
		18.343	81.706

A Taxa Interna de Retorno – TIR das transações (saldos não proporcionalizados à participação da Companhia) estão demonstradas a seguir:

Emissor	Série	Data	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Triunfo	1ª Emissão	01/01/2002	60.000	(5.760)	54.240	IGP-M + 12,00%	13,01%
Triunfo	3ª Emissão	23/06/2011	180.000	(4.950)	175.050	IPCA + 8,65%	9,11%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	80.660	(3.215)	77.445	CDI+2,20%	3,20%
Triunfo	4ª Emissão	23/10/2012	391.840	(15.616)	376.224	IPCA+7,0%	7,89%
Concepa	4ª Emissão	01/06/2006	32.000	(960)	31.040	IGP-M + 10,00%	10,50%
Concepa	5ª Emissão	10/02/2012	160.000	(4.320)	155.680	CDI + 1,95%	2,85%
Econorte	2ª Emissão	10/05/2011	120.000	(1.800)	118.200	CDI + 2,90%	3,30%
Portonave	1ª Emissão	11/07/2012	250.000	(19.662)	230.338	CDI + 2,25%	4,50%
Vessel-Log	1ª Emissão	21/09/2012	145.000	(1.774)	143.226	IPCA + 7,60%	7,93%
			1.419.500	(58.057)	1.361.443		

A movimentação dos custos de transação (



**... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)**

	2012	2011
Portonave	-	3.269
Iceport	<b>13.981</b>	11.903
Maestra	<b>9.670</b>	3.945
NTL	<b>66.923</b>	22.207
Vessel-Log	<b>50.508</b>	12.628
Aeroportos Brasil Viracopos	<b>21.450</b>	-
Triunfo	<b>324.407</b>	271.753
	<b>496.939</b>	<b>325.705</b>

Os créditos fiscais sobre os prejuízos e base negativa da contribuição social da Portonave, Iceport, Maestra, NTL, Vessel-Log e Aeroportos Brasil – Viracopos foram reconhecidos com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções de resultados aprovados pelos Administradores das Companhias. Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos**

	Consolidado	2012	2011
Reserva de reavaliação	<b>104.576</b>	123.090	-
Custo atribuído – ICPC 10 (Nota 13)	<b>188.374</b>	202.568	-
Variação cambial	<b>7.495</b>	5.729	-
Estorno de amortizações – ICPC 01	<b>45.825</b>	35.090	-
	<b>346.270</b>	<b>366.477</b>	-

**20 Contratos de aquisição de ativos**

As obrigações assumidas pela aquisição de investimentos, equipamentos, terrenos e outros bens e direitos permanentes são reconhecidos pelos montantes atualizados, conforme as condições contratuais.

Os principais saldos dos contratos de aquisição de ativos a pagar são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Aquisição de investimento na Santa Rita	-	21.498	-	21.498
Aquisição de direito de exploração de superfície	<b>6.500</b>	10.250	<b>6.500</b>	10.250
Aquisição de investimento na Moss	-	-	<b>1.000</b>	-
	<b>6.500</b>	<b>31.748</b>	<b>7.500</b>	<b>31.748</b>
Parcela do circulante	-	21.498	<b>1.000</b>	21.498
Parcela do não circulante	<b>6.500</b>	10.250	<b>6.500</b>	10.250

**a) Aquisição de investimento na Santa Rita**

Em 2011, a Triunfo exerceu a opção de compra da totalidade das ações de emissão da Santa Rita de propriedade do Sr. Pedro da Rocha Brites, as quais correspondem a 12% do capital da referida empresa pelo montante de R\$41.967, conforme mencionada na nota explicativa nº 1 a iv). O saldo foi liquidado no primeiro trimestre de 2012.

**b) Aquisição de direito de exploração de superfície**

Em 2011, a Triunfo firmou com a Cruzeiro do Sul Administradora de Terminais Logísticos Ltda. o Contrato de Cessão e Transferência de Direitos, com o objetivo de adquirir o direito oneroso de exploração de superfície, conforme na nota explicativa nº 1 a iv).

**c) Aquisição de investimento na Moss**

Em 18 de fevereiro de 2012, a controladora Portonave celebrou contrato de Compra e Venda de 91% das Quotas Sociais de Moss Serviços Portuários e Transportes Ltda. pelo montante de R\$4.500, conforme nota explicativa nº 1 a iv). Em 1º de abril de 2012, a controladora Portonave efetuou o pagamento do montante de R\$3.500. O saldo remanescente de R\$1.000 será liquidado em duas parcelas de R\$500, mediante atendimento de condições contratuais e serão corrigidas pelo IPCA.

**21 Receitas diferidas, líquidas**

As receitas diferidas correspondem aos recebimentos antecipados, líquidos dos custos e amortizações, decorrentes dos contratos de utilização da faixa de domínio das rodovias administradas pela controladora Concer e pela controladora Concer, firmado com a Embratel em setembro de 2007.

O contrato prevê que a Embratel pagará uma remuneração total de R\$27.383 (R\$19.617 no consolidado) durante o prazo remanescente da concessão, dos quais R\$11.587 (R\$8.701 no consolidado) foram antecipados e reconhecidos como receitas diferidas. O saldo do contrato no montante de R\$15.796 (R\$10.916 no consolidado) será recebido em parcelas anuais, corrigidas anualmente pela variação do IGP-M.

A Carvejaría Petrópolis S.A. pagará anualmente à controladora Concer para implantação de rede de afluente o valor de R\$26 (R\$16 no consolidado) e para implantação de adutora o valor de R\$156 (R\$98 no consolidado). Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a EletroNet pagou R\$7.942 (R\$4.964 no consolidado) à controladora Concer. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a OEMIG pagará anualmente à controladora Concer o valor de R\$1 (R\$0,625 no consolidado). O contrato teve seu início em outubro de 2011 e será corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia, a VIVO pagará anualmente à controladora Concer o valor de R\$286 (R\$179 no consolidado). Os contratos tiveram seu início em dezembro de 2011 e serão corrigidos anualmente pelo IPCA.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a TELEBRÁS pagará anualmente à Companhia o valor de R\$ 284 (R\$ 178 no consolidado). O contrato teve seu início em setembro de 2012 e será corrigido anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato.

	Consolidado	2012	2011
Receita recebida antecipadamente	<b>9.740</b>	10.294	-
(-) Receita apropriada ao resultado	<b>(1.278)</b>	(1.386)	-
	<b>8.462</b>	<b>8.908</b>	-

**22 Provisão para demandas judiciais e administrativas**

A Companhia e suas controladas constituem, com base nos pareceres elaborados pelos seus assessores jurídicos, provisão para demandas judiciais e administrativas consideradas suficientes para cobrir perdas classificadas como prováveis nos processos administrativos e judiciais em andamento. As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		2012	2011
	2011	Complemento	Pagamentos	2012
Processos cíveis	<b>548</b>	975	(469)	<b>1.054</b>
Processos trabalhistas	<b>172</b>	2.875	(354)	<b>2.693</b>
<b>Total provisão</b>	<b>720</b>	<b>3.850</b>	<b>(823)</b>	<b>3.747</b>

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são pólo passivo em processos cujas chances de êxito das partes reclamantes foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possíveis nos montantes de R\$20.744 e R\$18.307 em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

**a) Litígio sobre a concessão na Econorte**

A Econorte é empresa concessionária de rodovias do Lote nº 1 do Anel de Integração do Paraná, vencedora do certame licitatório resultante da concorrência pública internacional, para a outorga de concessão de segmentos rodoviários do Estado do Paraná. A anterior administração do Governo do Estado do Paraná perpetuou diversos atos para buscar a redução, suprimir e/ou extinguir o programa de concessão rodoviários no Estado, seja por meio de medidas e ações administrativas ou judiciais. Desde então, o Poder Público Estadual adotou diversas medidas contra as concessões rodoviárias do Estado, sendo que as principais partem para a encampação das concessões, desapropriações das ações de controle, caducidade dos contratos, negativa retórica da aplicação dos reajustes anuais das tarifas de pedágio, tentativa de buscar a nulidade dos aditivos contratuais, descon siderações das disposições contratuais, além de outras medidas levadas a efeito pela administração pública.

A Econorte, individualmente ou em conjunto com outras concessionárias, buscou a tutela jurisdicional para resguardar a manutenção da incolumidade do contrato de concessão de que é titular, que vem sendo mantido por diversas decisões judiciais favoráveis, sejam estas decisões liminares, sentenças ou outros julgamentos proferidos por instâncias superiores.

Adicionalmente, em 2008, a Econorte, em cumprimento das decisões judiciais prolatadas pela Justiça Federal de Jacarezingo (PR), teve suas atividades parcialmente suspensas dentro do âmbito da jurisdição da referida Justiça. Em dezembro do mesmo ano, a Concessionária retomou a integralidade dos serviços concessionados, com base na decisão favorável proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no pedido de Suspensão de Liminar n. 274, mantendo incólume a concessão de que é titular. Em 02 de março de 2011, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em julgamento unânime, confirmou a decisão monocrática proferida no pedido de Suspensão de Liminar n. 274, assegurando a incolumidade do Contrato de Concessão e seus Termos Aditivos.

A Econorte busca, por meio de ações judiciais, o reconhecimento em seu favor de eventos que causaram o desequilíbrio do contrato de concessão, que não foram reconhecidos pela anterior Administração do Estado. Caso julgados procedentes, tais eventos conduzirão ao direito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, seja pelo aumento da tarifa ou pela redução no montante dos investimentos ou ainda pelo aumento no prazo da concessão, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

Em 31 de dezembro de 2012, a Econorte representava aproximadamente 6,29% do total dos investimentos da Triunfo e 20% das receitas operacionais líquidas consolidadas.

b) Suspensão do contrato de concessão da Ecovale

A controladora Ecovale teve o contrato suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC). O Tribunal de Contas da União (TCU) acatou a sugestão do TCE catarinense de anular o processo licitatório e, por conseguinte, o contrato de concessão da Ecovale firmada no âmbito desse processo. A concessionária impetrou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal – STF contra ato do TCU, requerendo a concessão de medida liminar, a fim de sustar o ato impugnado até o julgamento final do pedido.

Em relação às possibilidades de êxito, a Administração da Ecovale, com base em parecer de seus assessores jurídicos, considera possíveis as chances de insucesso. Por se tratar de sociedade em fase pré-operacional, a Ecovale não possui receitas operacionais e, portanto, o desfecho desfavorável dessa ação não impactaria as operações da Companhia.

**23 Patrimônio líquido**

**a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado de R\$ 512.979 está representado por 146.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Até 31 de dezembro de 2012, já foram subscritas e integralizadas 62.575.734 destas ações.

Em 28 de junho de 2007, a Administração autorizou a realização da oferta pública de ações pela Companhia. As negociações das ações da Companhia no nível do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa tiveram início em 23 de julho de 2007 e sua liquidação ocorreu em 25 de julho de 2007.

Em 9 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 9.295.474 novas ações ordinárias e sem valor nominal, ao preço de R\$5,49 por ação, totalizando um aumento de R\$51.032. Até 31 de dezembro de 2009 haviam sido integralizadas 7.842.128 ações no montante de R\$43.053, reconhecidos como adiantamento para futuro aumento de capital. O saldo de 1.453.344 ações foi totalmente integralizado através do leilão realizado em 19 de janeiro de 2010 ao preço, líquido das comissões, de R\$ 6,32 gerando um ágio de R\$1.194. Nessa mesma data o aumento de capital foi homologado através da Reunião do Conselho de Administração, passando a ser representado por 146.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal, representadas pelo montante de R\$512.979.

**b) Dividendos**

O montante de dividendos pagos em 2012 refere-se ao saldo de dividendos mínimos obrigatórios remanescentes do exercício de 2011, aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2012, calculado conforme segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício de 2011	21.802	-
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(1.090)	-
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	42.661	-
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	25.157	-
Base de cálculo de dividendos	88.530	-
Proposta da Administração:		
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	22.133	-
Dividendos pagos em 2011	(20.000)	-
Dividendos pagos em 2012	(2.133)	-
Dividendos por lote de mil ações (em reais)	0,0146	-

Os dividendos pagos antecipadamente, em 30 de agosto de 2012, no montante de R\$20.440 referem-se ao saldo de dividendos intercalares do exercício de 2012, referente ao lucro de seis meses findo em 30 de junho de 2012, aprovado na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 27 de agosto de 2012, calculado conforme segue:

	2012	2011
Lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2012	4.633	-
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(232)	-
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	20.918	-
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	15.527	-
Base de cálculo de dividendos	40.846	-
Proposta da Administração:		
Dividendos propostos	20.440	-
Dividendos pagos em 2012	(20.440)	-
Dividendos por lote de mil ações (em reais)	0,1400	-

Os dividendos pagos, em 26 de outubro de 2012, no montante de R\$26.280 referem-se ao saldo de dividendos intermediários, apurado com base no Balanço Patrimonial levantado em 30 de junho de 2012, aprovado na Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 18 de outubro de 2012, calculados conforme segue:

	2012	2011
Lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2012	4.633	-
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(232)	-
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	20.918	-
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	15.527	-
Lucro líquido ajustado do semestre findo em 30 de junho de 2012	40.846	-
(+) Reservas de lucros à disposição dos acionistas	143.618	-
(-) Dividendos intercalares pagos em 2012	(20.440)	-
Lucro a disposição dos acionistas	164.024	-
Proposta da Administração:		
Dividendos propostos	26.280	-
Dividendos pagos em 2012	(26.280)	-
Dividendos por lote de mil ações (em reais)	0,1800	-

O montante de dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2012, pagos no exercício de 2012, foi calculado conforme segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício de 2012	515.557	-
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(25.778)	-
(-) Constituição de reserva de lucros a realizar	(480.971)	-
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	39.744	-
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	31.053	-
Base de cálculo de dividendos	79.605	-
Proposta da Administração:		
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	19.901	-
Dividendos adicionais ao mínimo obrigatório	539	-
Dividendos pagos em 2012	(20.440)	-
Dividendos por lote de mil ações (em reais)	0,1400	-

c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica "Reserva de reavaliação", no patrimônio líquido.

Também sobre a mais valia reconhecida foram constituídos impostos diferidos em contrapartida da conta "Imposto de renda e contribuição social diferidos" no passivo.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados.

A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica "Lucros acumulados", nos termos da Deliberação CVM nº 183/95 da Lei nº 6.404/76, integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

Com a aplicação do ICPC 01 o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009.

**d) Ajuste de avaliação patrimonial**

As controladas Portonave e Rio Verde, conforme descrito na nota explicativa nº 13, efetuaram ajuste ao custo atribuído, de acordo com ICPC 10 e CPC 37. Na data de transição o valor desta mais valia foi registrado no ativo imobilizado em contra partida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários e serão realizados na medida da depreciação da respectiva mais valia ou alienação dos bens.

**e) Lucro por ação**

Conforme requerido pelo IAS 33 e CPC 41, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro atribuído aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Segue abaixo o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	2012	2011
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	<b>515.557</b>	21.802
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	<b>146.000.000</b>	146.000.000
Média ponderada das opções exercíveis ao final do exercício – diluído	<b>1.835.616</b>	1.500.000
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	<b>(1.750.879)</b>	(1.457.491)
Resultado por ação – básico	<b>3.53121</b>	0,14933
Resultado por ação – diluído	<b>3.52916</b>	0,14929

Conforme nota explicativa nº 25, em 23 de setembro de 2009, 1º de maio de 2010, 1º de maio de 2011 e 1º de maio de 2012 o Conselho de Administração aprovou quatro outorgas de opção de compra de 500.000 ações cada da Companhia para executivos e empregados, que não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 2011 e 2012, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período.

**f) Lucro base de dividendos**

No quadro abaixo é demonstrado o cálculo do lucro base de dividendos correspondente aos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O lucro líquido do período é ajustado pelas realizações da reserva de reavaliação reflexa e do ajuste de avaliação patrimonial, considerando a constituição da reserva legal, que corresponderia a 5% do lucro líquido do período.

	2012	2011
Lucro líquido	<b>515.557</b>	21.802
(-) Constituição de reserva de lucros a realizar	<b>(480.971)</b>	-
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	<b>39.744</b>	42.661
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	<b>31.053</b>	25.157
Lucro Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	<b>105.383</b>	89.620
(-) Constituição da reserva legal (5%)	<b>(25.778)</b>	(1.090)
Resultado do exercício à disposição dos acionistas	<b>79.605</b>	88.530

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

**h) Reserva de Lucros a Realizar**

O montante de R\$480.971 corresponde à constituição da reserva de lucros a realizar sobre o ganho de capital na variação de participação na constituição da Vetrin conforme a nota explicativa nº 1 a iv).

**24 Receita operacional líquida**

	Consolidado	2012	2011
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	<b>502.944</b>	451.196	-
Operação de carga de terceiros – porto	<b>151.673</b>	124.185	-
Operação de carga própria – porto	<b>57.786</b>	61.069	-
Administração aeroportuária	<b>10.840</b>	-	-
Construção de ativos das concessões de rodovia	<b>148.230</b>	94.655	-
Construção de ativos das concessões de aeroporto	<b>51.003</b>	-	-
Operação de cabotagem	<b>78.581</b>	20.923	-
Outros	<b>10.772</b>	4.840	-
	<b>1.011.829</b>	<b>756.868</b>	-
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	<b>(81.375)</b>	(61.451)	-
	<b>930.454</b>	<b>695.417</b>	-

**25 Plano de remuneração baseada em ações**

Em 29 de junho de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou as condições gerais do Plano de Outorga de Opção de Ações, que prevê a outorga da opção de compra de até 2 milhões de ações da Companhia aos seus diretores e empregados, ao preço de exercício de R\$ 0,00 (nove reais), correspondente ao preço mínimo da faixa indicativa de preço de emissão e venda por ação informado no Prospecto Preliminar da Oferta de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia.

Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabeleceu os critérios de outorga

**... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)**

**c) Risco de mercado**  
i) **Risco de taxas de juros e inflação:** O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, Variação Cambial e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.  
ii) **Risco de taxas de câmbio:** Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.  
d) **Risco de preço e valor de mercado**  
A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.  
e) **Risco regulatório**  
Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.  
Quanto a eventos provocados pela natureza, importa ressaltar que a Companhia e suas controladas encontram-se cobertas com apólice de seguros para todos os efeitos.  
A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. Consideramos que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.  
f) **Operações com derivativos**  
A Companhia não possui operações com derivativos.  
g) **Gestão de capital**  
O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.  
A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.  
A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	22.921	28.278	195.747	333.665
Debêntures (Nota 17)	694.434	381.475	1.182.504	717.923
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(38.583)	(14.241)	(129.279)	(141.937)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	(28.389)	(26.523)	(37.232)	(55.593)
Dívida líquida	649.413	368.989	1.211.740	854.068
Patrimônio líquido	1.843.722	1.360.542	1.843.747	1.360.542
Total do capital	2.493.135	1.729.531	3.055.487	2.214.610
Índice de alavancagem financeira – %	26,05	21,33	39,66	38,57

**31 Informações por segmento**

As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento e são apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e nas informações em conjunto que foram identificadas com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia. Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, conforme apresentados na nota explicativa nº 2.3, consideramos os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.  
Os negócios da Companhia foram divididos em sete segmentos operacionais principais, sendo eles o de concessões de rodovia, administração de portos, cabotagem, energia, administração de aeroportos, holding e outros.  
Nos segmentos operacionais estão os seguintes negócios da Companhia:  
• Concessões de rodovia: As controladas Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaiaba, Triunfo Comvale, Rio Paraíba e Ecovale;  
• Administração de portos: As controladas TPI-Log, Portonauas, Moss, MaNave, Trevally, Portonave, Teconave e Igeport;  
• Cabotagem: As controladas Maestra, Maestra LLP, NTL e Vessel;  
• Energia: As controladas Rio Claro, TNE, incluindo as controladas Rio Verde e Rio Canoas, as quais encontram-se destinadas a venda conforme nota explicativa nº 10;  
• Administração de aeroportos: Aeroportos Brasil e Aeroportos Brasil Viracopos.  
• Holding: as operações da Companhia;  
• Outros: As controladas Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Anddis, Dable, Jahy, Santip, Tijoá, Rio Dourado e ATTT.  
A Companhia possui basicamente atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

	2012		2011		2012		2011		
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Aeroportos	Outros	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita operacional líquida	610.183	194.185	65.781	–	60.305	–	–	–	930.454
Custos dos serviços prestados	(352.168)	(135.008)	(115.122)	–	(57.018)	–	–	–	(659.316)
Lucro bruto	258.015	59.177	(49.341)	–	3.287	–	–	–	271.138
Recargas (Despesas) operacionais	(46.836)	(23.144)	(5.637)	(329)	(4.904)	(363)	63.074	(92.315)	(110.454)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	211.179	36.033	(54.978)	(329)	(1.617)	(363)	63.074	(92.315)	160.684
Resultado financeiro	(44.784)	(24.985)	(30.092)	–	(5.713)	–	(53.802)	–	(159.376)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	166.395	11.048	(85.070)	(329)	(7.330)	(363)	9.272	(92.315)	1.308
Imposto de renda e contribuição social	(39.446)	(2.337)	28.770	–	2.499	–	–	–	(10.514)
Lucro líquido das operações em continuidade	126.949	8.711	(56.300)	(329)	(4.831)	(363)	9.272	(92.315)	(9.206)
Participações a comercializar	–	–	–	–	–	–	–	18.544	18.544
Lucro após o imposto do exercício resultante de participações a comercializar	126.949	8.711	(56.300)	(329)	(4.831)	(363)	9.272	(73.771)	9.338
Participação de acionistas não controladores	–	(66)	–	–	–	–	–	–	(66)
Lucro líquido do exercício	126.949	8.645	(56.300)	(329)	(4.831)	(363)	9.272	(73.771)	9.272
Ativos totais por segmento	1.101.563	1.513.086	182.376	1.374.504	669.160	12.393	2.662.315	(2.397.473)	5.117.924
Passivos totais por segmento	610.874	414.445	236.840	798.193	570.733	9	818.593	(175.510)	3.274.177
(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas	–	–	–	–	–	–	–	–	–

	2012		2011		2012		2011	
	Rodovia	Porto	Cabotagem	Energia	Outros	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita operacional líquida	504.789	173.402	17.226	–	–	–	–	695.417
Custos dos serviços prestados	(287.944)	(126.111)	(22.750)	–	–	–	–	(436.805)
Lucro bruto	216.845	47.291	(5.524)	–	–	–	–	258.612
Recargas (Despesas) operacionais	(40.950)	(23.713)	(40.598)	(1.246)	(349)	59.369	(78.258)	(125.745)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	175.895	23.578	(46.122)	(1.246)	(349)	59.369	(78.258)	132.867
Resultado financeiro	(47.830)	(27.102)	(16.122)	877	–	(37.567)	–	(127.744)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	128.065	(3.524)	(62.244)	(369)	(349)	21.802	(78.258)	5.123
Imposto de renda e contribuição social	(27.225)	3.636	21.093	–	–	–	–	(2.496)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	100.840	112	(41.151)	(369)	(349)	21.802	(78.258)	2.627
Operações Descontinuadas	–	–	–	–	–	–	8.261	8.261
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	100.840	112	(41.151)	(369)	(349)	21.802	(69.997)	10.888
Participação de acionistas não controladores	–	30	11.445	–	–	–	–	11.475
Lucro (prejuízo) líquido do período	100.840	142	(29.706)	(369)	(349)	21.802	(69.997)	22.363
Ativos totais por segmento	1.077.812	1.062.806	134.909	386.972	9.275	1.856.014	(1.124.101)	3.403.687
Passivos totais por segmento	569.742	379.041	137.282	202.857	47	495.472	(129.703)	1.654.738

**32 Compromissos das concessões**

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:  
a) Concer (valores não proporcionalizados à participação da Companhia)  
De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:  

Ano	Valor
2013	158.685
2014 a 2021	74.437
	<u>233.122</u>

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:  
• Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.  
Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	2012	2011
Receita de construção	67.517	55.612
Custo de construção	(67.517)	(55.612)
	–	–

Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descritas acima, a controlada Concer não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.  
b) **Concepa**  
De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a controlada Concepa assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia – PER prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2013	24.101
2014 a 2015	21.649
2016 a 2017	220
	<u>45.970</u>

Até 31 de dezembro de 2012, os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.  
A controlada Concepa contratou da Companhia o aluguel de sua sede. O contrato possui vigência de 1 ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustados pelo IGP-M e não há restrições à controlada Concepa ou qualquer obrigação derivada deste contrato. Os aluguéis mínimos futuros a pagar, considerando que a controlada Concepa espera renovar seu aluguel até o final do período da concessão, em 31 de dezembro de 2012 são os seguintes:  

Ano	Valor
2013	424
2014 a 2017	1.754
	<u>2.178</u>

Adicionalmente, a controlada Concepa assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:  
• Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$100 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$70 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.  
Ressalta-se que, além das obras previstas no PER, bem como a taxa de fiscalização descrita acima, a controlada Concepa não assumiu qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação da rodovia sob sua concessão.

**Parecer do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual de Administração, as Demonstrações Financeiras e a proposta da Destinação dos Resultados, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, da Controladora e Consolidado. Nossos exames foram complementados, por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Desta forma, tendo em conta, ainda, o relatório da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., emitido em 21 de março de 2013, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação.  
São Paulo, 21 de março de 2013.

**Bruno Shigueyoshi Oshiro** **Paulo Roberto Franceschi** **Vanderlei Dominguez da Rosa**

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da **Triunfo Participações e Investimentos S.A.**  
São Paulo-SP  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.  
**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**  
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.  
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa

avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.  
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Triunfo Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.  
**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Triunfo Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.  
**Ênfases**  
Conforme descrito na nota explicativa 2.1 b), as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Triunfo Participações e Investimentos S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.  
Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	2012	2011
Receita de construção	222.235	(222.235)
Custo de construção	–	–
	–	–

**33 Arrendamento mercantil**

As controladas NTL e Vessel-Log contrataram arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para os contêineres que serão utilizados na prestação de serviços de cabotagem. A Companhia também possui arrendamento mercantil referente ao sistema de telefonia. Ambos estão registrados como itens do imobilizado e são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.  
Esses arrendamentos possuem opção de renovação ao término do contrato, e não sujeitam a Companhia e suas controladas a restrições.  
Em 31 de dezembro de 2012, encontram-se registrados sob a rubrica de compromissos de arrendamentos mercantis os seguintes valores:

Prazo	Controladora		Consolidado	
	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	58	52	3.275	3.158
Após um ano, mas menos de 5 anos	34	28	12.594	12.051
	<u>92</u>	<u>80</u>	<u>15.869</u>	<u>15.209</u>

**34 Plano de previdência privada**

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, sendo este administrado pelo Santander Seguros S.A., Entidade Multipatrocinada de Previdência Complementar, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.  
As contribuições da Controladora no período findo em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$ 183 (R\$ 698 no consolidado) e as contribuições dos colaboradores totalizaram R\$ 268 (R\$ 813 no consolidado) respectivamente. O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 31 de dezembro de 2012 é de 500 participantes.

**35 Eventos subsequentes**

Diante da alteração na conclusão do registro do ganho de capital na variação de participação na Vetría, o montante de R\$506.285 foi reclassificado da rubrica de “Outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido para a rubrica de “Outras receitas operacionais” no consolidado. Por se tratar de ganho por variação na porcentagem de participação no capital da investida, não computado na determinação do lucro real, conforme art. 428 do RIR/99, não houve o reconhecimento de impostos diferidos decorrentes dessa operação. Em razão dessa reclassificação as demonstrações do resultado, de outros resultados abrangentes e das mutações do patrimônio líquido do exercício de 2012 foram ajustadas, com impacto no lucro líquido do exercício, como segue:

	Originalmente divulgado	Reclassificações	2012 Reapresentado
Receita operacional líquida	930.454	–	930.454
Custos dos serviços prestados	(659.316)	–	(659.316)
Lucro bruto	271.138	–	271.138
Recargas (Despesas) operacionais	(110.454)	506.285	395.831
Lucro operacional antes do resultado financeiro	160.684	506.285	666.969
Resultado financeiro	(159.376)	–	(159.376)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.308	506.285	507.593
Imposto de renda e contribuição social	(10.514)	–	(10.514)
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	(9.206)	506.285	497.079
Operações descontinuadas	–	–	–
Lucro após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	18.544	–	18.544
Lucro líquido do exercício	9.338	506.285	515.623

Atribuição aos:  
Acionistas controladores 9.272 506.285 515.557  
Acionistas não controladores 66 – 66  
Em razão da alteração no lucro líquido do exercício, a reserva legal foi alterada de R\$ 464 para R\$ 25.778. Como o ganho de capital por variação na participação ainda não foi realizado financeiramente, o montante de R\$480.971 que corresponde ao ganho já líquido da constituição da reserva legal, foi destinado para a rubrica de “Reserva de lucros a realizar”. Assim a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2012 foi alterada conforme abaixo, sem impactos nos dividendos distribuídos:  
Lucro líquido do exercício de 2012 515.557  
(-) Constituição da reserva legal (5%) (25.778)  
(-) Constituição de reserva de lucros a realizar (480.971)  
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa 39.744  
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial 31.053  
Base de cálculo de dividendos 79.605  
**Proposta da Administração:**  
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) 19.901  
Dividendos adicionais ao mínimo obrigatório 539  
Dividendos pagos em 2012 (20.440)  
Dividendos por lote de mil ações (em reais) 0,1400  
Na demonstração do patrimônio líquido da Companhia, o montante de R\$506.285, apresentado originalmente na rubrica “Resultados Abrangentes” foi reclassificado para a rubrica “Reserva de Lucros a Realizar”, no montante de R\$480.971, e “Reserva Legal”, no montante de R\$ 25.314. Uma vez que as mesmas transitaram entre contas patrimoniais, não houve impacto no Patrimônio Líquido originalmente apresentado, conforme abaixo:

	Originalmente divulgado	Reclassificações	2012 Reapresentado
Capital social	512.979	–	512.979
Reservas de capital	7.777	–	7.777
Reservas de lucros	179.680	25.314	204.994
Reservas de lucros a realizar	–	480.971	480.971
Resultados abrangentes	1.143.2		